

ÓRGÃO CENTRAL
DO
PARTIDO COMUNISTA
PORTUGUÊS

Director
António Dias Lourenço

Avante!

Proletários de todos os países: UNI-VOS!

Ano 46 — Série VII — N.º 115
29 de Abril de 1976

Preço: 4\$00
Angola e Moçambique: 9\$50

SEMANÁRIO

Propriedade do Partido Comunista Português ★ Red. / Adm. - Av. Santos Dumont, 57 - 3.º - Tels. 76 97 05 - Telex - 13411 - Composição e Impressão - Heskã Portuguesa - Distribuição - CDL, R. Pedro Nunes, 9-A Telef. 43537-40605-41787

1.º DE MAIO DE 1976



EM FRENTE POR UMA GRANDIOSA JORNADA UNITÁRIA PARA DEFESA DAS LIBERDADES DOS TRABALHADORES POR UMA MAIORIA E UM GOVERNO DE ESQUERDA

• Proclamação da Comissão Política do Comité Central do PCP — Pág. 2

O PCP E OS RESULTADOS DAS ELEIÇÕES PARA A ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

- Nota da Comissão Política do Comité Central — Pág. 2
- Mais dez deputados do PCP — Pág. 3
- Que fazer depois das eleições? — Pág. 3

Alargar a unidade, dinamizar a acção

A concretização da vitória sobre a direita obtida nas eleições exige o alargamento da unidade de todos os trabalhadores, o firme combate ao sectarismo, o fortalecimento da acção de todas as organizações democráticas com vista à defesa das liberdades e das conquistas da Revolução.

Os resultados eleitorais são ricos de ensinamentos

Todos os elementos relacionados com as eleições devem ser analisados para avançar na organização, no trabalho político e em toda a actividade do movimento popular de massas.

- Quarenta deputados comunistas para uma maioria de esquerda — Págs. 4 e 5.

Editorial

POR UM GOVERNO DE ESQUERDA

Pág. 2

O resultado das eleições para a Assembleia da República confirmou, em três aspectos fundamentais, os objectivos que o PCP tinha apontado: impedir uma maioria dos partidos da reacção, tornar possível uma maioria de esquerda e reforçar as posições do PCP como condição para se poder concretizar, tanto essa maioria de esquerda na Assembleia como um governo de esquerda.

Apesar da situação antidemocrática existente em vastas zonas, que falseou, a favor da direita, os resultados das eleições, uma primeira conclusão se impõe tirar e destacar: O povo português votou contra a reacção, votou pela liberdade e pela democracia.

Editorial

POR UM GOVERNO DE ESQUERDA

O resultado das eleições para a Assembleia da República confirmou, em três aspectos fundamentais, os objectivos que o PCP tinha apontado: impedir uma maioria dos partidos da reacção, tornar possível uma maioria de esquerda e reforçar as posições do PCP como condição para se poder concretizar, tanto essa maioria de esquerda na Assembleia como um governo de esquerda.

Apesar da situação antidemocrática existente em vastas zonas, que falseou, a favor da direita, os resultados das eleições, uma primeira conclusão se impõe tirar e destacar: o povo português votou contra a reacção, votou pela liberdade e pela democracia.

DERROTA DA REACÇÃO

Ainda estão na memória dos portugueses as palavras triunfalistas dos dirigentes do CDS e do PPD. Cada qual anunciava ir alcançar a maioria e ganhar as eleições.

O secretário-geral do PPD, Sá Carneiro, anunciava ir ter mais de 10% dos votos que o PS «aparecendo como o primeiro partido português». O secretário-geral do CDS, Freitas do Amaral anunciava que, como resultado das eleições, o governo seria substituído pelo partido da Oposição, o CDS. E, no encerramento da campanha, proclamava que o CDS «estava já tão seguro da vitória» que nem precisava falar de eleições...

Contando com a inexistência de liberdades em vastas regiões, contando com o voto de populações coagidas pela lei da intolerância, do cacete e da bomba, a reacção falava como se tivesse já no papo a Assembleia da República e o futuro governo.

Que se verificou? Os dois partidos juntos não alcançaram 40% dos votos, mais de metade que dos quais em regiões onde não chegou ainda o 25 de Abril. Se em todo o país as liberdades democráticas estivessem asseguradas, se a tempo as populações tivessem sido libertadas do poder reaccionário local, da coacção física, económica, social e moral imposta pelos caciques e bandos fascistas, a derrota dos partidos reaccionários teria sido estrondosa. Ficariam por melade, se ficassem.

O PPD, depois das suas posições triunfalistas, regista a perda de 133 000 votos. O aumento do CDS era de esperar. Fascistas e reaccionários que, em 1975, votaram «útil» em dois dos partidos do governo (PPD e PS), agora votam abertamente num partido de oposição da extrema direita. O que é de admirar não é a subida do CDS. O que é de admirar é que essa subida tenha ficado tão longe dos objectivos indicados e anunciados pelos seus dirigentes.

Os partidos da reacção foram derrotados. É como derrotados que devem falar e que devem ser tratados e não com o ar de quem ganhou as eleições. Perderam as eleições. Nada justifica que venham

agora reclamar fazer parte do governo como se as tivessem ganhado.

SUCESSO DO PCP

O PCP obteve um notável sucesso nas eleições para a Assembleia da República. O sucesso traduz-se em alguns aspectos essenciais.

Em primeiro lugar no apreciável aumento de votos e de deputados. Mais 76 000 votos, um aumento de percentagem de 12,5% para 14,6% e a eleição de 40 deputados, ou seja mais 10 do que na Assembleia Constituinte.

Em segundo lugar, o PCP obteve um reforço notável nas zonas da Reforma Agrária. No distrito de Beja passou de 39% para 44% dos votos expressos. No distrito de Évora passou de 37% para 43%. No distrito de Portalegre e em concelhos do distrito de Setúbal e Santarém onde se está a realizar a Reforma Agrária os aumentos são também de anotar. O PCP aparece confirmado como o grande partido do Alentejo.

Desmentindo as previsões dos reaccionários, estas votações exprimem o sólido apoio dos trabalhadores alentejanos e ribatejanos à reforma agrária e à política do PCP. Constituem de certa forma um plebiscito aprovando a Reforma Agrária. Esta extraordinária votação constitui uma vitória política da reforma agrária que ninguém poderá mais legitimamente contestar. No total de 33 deputados dos distritos de Beja, Évora, Portalegre e Setúbal, o povo destas regiões terá na Assembleia da República 18 deputados comunistas que defenderão intransigentemente a Reforma Agrária.

Em terceiro lugar, o PCP regista importantes progressos nos centros industriais. No distrito de Setúbal, enquanto o PS perde 30 000 votos descendo de 38,1% para 32%, o PCP sobe de 142 431 votos em 1975 para 159 079 em 1976, passando de 37,8 a 44,3%.

Em grandes centros industriais, o PCP ultrapassou a maioria absoluta de votos, alcançando retumbantes vitórias. Importantes acréscimos se registaram também na cintura industrial de Lisboa, na própria cidade de Lisboa, no Porto, em Viana do Castelo, em sectores dos distritos de Bragança, Coimbra e Faro (mais de 20% na cidade). A grande votação operário no PCP é também uma expressão da determinação dos trabalhadores de defenderem as nacionalizações, o controle operário e a gestão dos trabalhadores.

A eleição de um deputado por um distrito de Leiria tem particular significado dada a situação antidemocrática existente na maior parte dos concelhos.

Trata-se pois de um notável sucesso do PCP, tanto mais de sublinhar quanto é certo que teve lugar num ambiente de histórica campanha anticomunista,

utilizando escandalosamente os meios de comunicação social.

As votações confirmam o amplo e sólido apoio de massas do PCP e o papel indispensável do PCP na construção da democracia portuguesa rumo ao socialismo.

PERDAS DO PS

O PS, que anunciava ir alcançar a maioria, enganou-se nos seus cálculos. Perdeu 270 000 votos, verificando-se em toda a parte uma tendência geral para a baixa. Trata-se de sérias perdas que se traduziram numa diminuição de 9 deputados.

Em muitas regiões, as perdas são particularmente graves indicando a perda de confiança de importantes sectores (designadamente dos trabalhadores) na política do PS.

Em dois distritos e numerosos concelhos, o PS, que ocupava o primeiro lugar nas eleições para a Assembleia Constituinte, foi ultrapassado pelo PCP. Particularmente significativas as perdas do PS nas zonas da Reforma Agrária e grandes zonas industriais. Através do voto, centenas de milhares de portugueses mostraram o seu descontentamento com as hesitações e a política direita levada a cabo pelo PS.

É positivo para a democracia portuguesa que o PS não tenha sofrido quebra ainda mais acentuada como se chegou a temer. Em zonas dominadas pela reacção, o PS beneficiou da inquietação popular ante o perigo do fascismo, que se poderia concretizar com uma maioria CDS-PPD. Nos Açores, em Bragança, noutros distritos do Norte, onde o PCP se encontra praticamente clandestino, o voto no PS foi de certa forma o voto antifascista, o votar útil na esquerda. Os dirigentes socialistas não podem deixar de ter em conta este significado.

O PS continua a ser o partido mais votado. Mas as duras perdas e o facto de não ter alcançado a maioria na Assembleia da República aconselham um tom menos triunfalista e um esforço de adaptação à nova realidade.

POR UMA MAIORIA E POR UM GOVERNO DE ESQUERDA

Nada justifica a pretensão de governar sozinho de um partido que tem cerca de um terço de votos. É mais que evidente que o PS não poderá governar sozinho e não governará sozinho.

Para formar uma maioria na Assembleia da República e para formar um governo que tenha o apoio da Assembleia, terá que entender-se com outros partidos. A alternativa que se coloca continua a ser aquela que se colocava: ou o PS procura uma aliança com a direita reaccionária, com o CDS e o

PPD, ou procura uma aliança com a esquerda, isto é, com o PCP. Não há qualquer outra alternativa.

A indicação das eleições é clara. O povo votou contra a reacção. O CDS e o PPD saem derrotados. Propunham-se constituir uma maioria e formar governo. O povo disse «não!» a tal propósito que significaria uma política antioperária, antipopular, ao serviço do grande capital, dos grandes agrários e do imperialismo estrangeiro e que conduziria a curto prazo à instauração duma nova ditadura.

O povo português votou pelas liberdades, pela democracia, pelo progresso social. Uma aliança do PS com o CDS e o PPD seria trair a vontade popular nitidamente expressa nas eleições.

A única solução conforme com os resultados das eleições e com os interesses do povo português e do processo democrático é a formação duma maioria de esquerda.

Mesmo admitindo que o CDS e o PPD viam eleitos os seus candidatos pela emigração, socialistas e comunistas somam pelo menos 146 dos 263 deputados da Assembleia da República. Dispõem pois de uma ampla maioria contra os dois partidos da direita.

É necessário concretizar, no plano político, a maioria da esquerda já possível numericamente na composição da Assembleia da República e, a partir dela, formar um governo de esquerda na base duma plataforma comum, estabelecida entre socialistas, comunistas, militares e independentes.

Depois da derrota eleitoral, as forças reaccionárias estão inquietas. Tem de contar-se com os seus esforços para alcançarem por outros meios, aquilo que não conseguiram através das eleições. Tem de contar-se com os seus esforços para abalar a estabilidade democrática, para provocar a desestabilização económica, social, política e mesmo militar. A intenção do PPD de criar uma crise no VI Governo Provisório insere-se numa tal política. O povo português não pode permitir que a reacção vá agora obter por outros processos aquilo que perdeu nas eleições.

Os antifascistas, democratas, progressistas portugueses têm de unir-se para que a derrota da reacção nas eleições abra caminho a uma política que corresponda aos interesses e aspirações do povo português e da independência nacional.

Através das eleições (e apesar da situação antidemocrática existente em vastas zonas do país) o povo português expressou claramente as suas aspirações progressistas e criou as condições básicas para a constituição dum governo de esquerda que, junto com o Conselho da Revolução, defenda e consolide as liberdades e as outras conquistas alcançadas e prossiga o processo democrático, rumo ao socialismo.

Trata-se de uma oportunidade transcendente para o futuro democrático de Portugal. É necessário que as forças democráticas e progressistas a não percam.

Proclamação

da Comissão Política do CC

sobre as comemorações do 1.º de Maio

No passado dia 25 de Abril entrou em vigor a Constituição e foi eleita a Assembleia da República: duas conquistas de alcance histórico que permitirão a construção de uma sociedade democrática rumo ao socialismo. A direita reaccionária sai derrotada das eleições e com a entrada em vigor da Constituição.

Ao votar por uma maioria de esquerda, o povo português confirmou a sua vontade de fazer cumprir as conquistas democráticas e revolucionárias consignadas na Constituição.

As liberdades democráticas, a liberdade de reunião, de manifestação, de associação, e de livre expressão de pensamento, são conquistas por que os trabalhadores sempre lutaram ao longo da dominação fascista e que importa defender e consolidar, opondo uma firme barreira aos inimigos dos trabalhadores e das liberdades que se acobertaram em partidos reaccionários tais como o CDS e o PPD. Ao derrotar estes partidos nas eleições do passado dia 25 de Abril, as massas trabalhadoras conquistaram uma importante vitória que importa consolidar.

Conquistas revolucionárias como as nacionalizações, a reforma agrária, o controle operário e a gestão de empresas por parte dos trabalhadores, a liberdade sindical, o direito à greve, a proibição do lock-out, são conquistas que, em primeiro lugar, aos trabalhadores interessa defender de todos os seus inimigos.

O PCP apela à classe operária, a todos os trabalhadores, aos jovens e às mulheres trabalhadoras, a todos os antifascistas, para fazerem das comemorações do 1.º de Maio de 1976 uma grande jornada de unidade em defesa das conquistas do nosso Povo expressas na Constituição.

A vontade dos trabalhadores, ao votar por uma maioria de esquerda para a Assembleia da República, não pode ser defraudada. Torna-se necessário exigir a constituição de uma maioria de esquerda na Assembleia da República e a formação de um Governo de esquerda para a defesa dos interesses dos trabalhadores e das conquistas da Revolução.

É necessário opor uma firme barreira, pela vontade e força unida dos trabalhadores, a todas as tentativas dos partidos e forças reaccionárias que pretendem, por todas as formas, recuperar os importantes privilégios de classe perdidos com a Revolução iniciada em 25 de Abril de 1974.

É necessário restabelecer a legalidade democrática posta em causa em vastas zonas do território nacional por bandos de arruaceiros e bombistas ao serviço da reacção, prendendo e punindo severamente os seus responsáveis. A libertação dos pides só contribuiu para reforçar as fileiras destes criminosos fascistas.

A legalidade democrática, o respeito pela Constituição e a defesa das conquistas dos trabalhadores, só poderão ser asseguradas com a formação de uma maioria de esquerda e de um Governo de esquerda.

É necessário estancar rapidamente o aumento do custo de vida, actualizar os salários de acordo com esse aumento, e pôr fim ao desemprego. É necessário pôr fim à escassez dos géneros e artigos de primeira necessidade que atinge principalmente os trabalhadores e de que é responsável um ministro do PPD e fazer pagar à grande burguesia as consequências da crise económica de que ela é a principal responsável.

Só um Governo de esquerda que defenda os interesses dos trabalhadores, poderá merecer destes a confiança necessária para a tomada das medidas convenientes à solução da crise em que o País se debate.

As comemorações do 1.º de Maio, dia de unidade e solidariedade internacional dos trabalhadores, deverão ser marcadas por acções e iniciativas unitárias que, em todo o País, reforcem a vontade e unidade combativa dos trabalhadores.

Para além das já tradicionais festas e acções comemorativas do 1.º de Maio em Lisboa e Porto, seria desejável que noutros distritos tivessem lugar iniciativas unitárias com o mesmo objectivo — reforçar a unidade dos trabalhadores como força de vanguarda do Povo português na luta pela defesa das liberdades e das conquistas da Revolução.

VIVA 1.º DE MAIO, DIA DA SOLIDARIEDADE INTERNACIONAL DOS TRABALHADORES!
VIVA A UNIDADE DOS TRABALHADORES PORTUGUESES NA CONSTRUÇÃO DE UM PORTUGAL DEMOCRÁTICO RUMO AO SOCIALISMO!

27 de Abril de 1976

A Comissão Política do Comité Central do PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

Nota da Comissão Política do CC

sobre os resultados das eleições

para a Assembleia da República

1. As eleições para a Assembleia da República, tal como o PCP sublinhou antes da sua realização, constituem um passo decisivo para a consolidação de um regime democrático estável, de liberdade e progresso social, e são um primeiro acto político da mais alta importância no quadro da aplicação da nova Constituição da República Portuguesa.

2. As eleições realizaram-se sem que, em vastas zonas do território nacional, estivesse assegurado o pleno exercício das liberdades democráticas.

As permanentes acções de pressão, intimidação e violência, comandadas pelas forças reaccionárias, e em muitos casos a ausência de uma fiscalização adequada do próprio acto eleitoral, afectaram nessas zonas a livre determinação da vontade popular e impediram que a votação reflectisse mais expressivamente as aspirações do povo português.

3. Apesar dessas condições e da violenta e deformadora campanha anticomunista, em que participaram as organizações e partidos mais diversos e à qual foi proporcionado o concurso dos grandes meios de comunicação social, os resultados eleitorais marcam um importante reforço das posições do PCP.

Em todos os aspectos se afirmam os progressos da votação no PCP: aumento do número de votantes, de percentagem global e de deputados eleitos.

Os grandes avanços registados pelo PCP nos centros industriais e nas zonas da Reforma Agrária traduzem não só o apoio dos trabalhadores às conquistas da Revolução, como a sua grande confiança no PCP, como o Partido mais seriamente empenhado na concretização e defesa dessas conquistas.

De entre os partidos representados no Governo o PCP foi o único que aumentou a sua votação. Este facto demonstra que é cada vez mais larga a compreensão de que é indispensável uma activa e responsável participação do PCP na resolução dos problemas nacionais.

4. O PCP orientou a sua campanha no sentido de impedir a formação de uma maioria de direita e de

tornar possível uma maioria de esquerda. Estes grandes objectivos foram alcançados.

Torna-se agora imperioso concretizar e dar eficácia política à maioria de esquerda alcançada nesta votação.

O PCP manifesta-se pronto a encarar todas as formas que levem à concretização prática de uma maioria política de esquerda na Assembleia da República e à formação de um governo de esquerda, como consequência natural da derrota da direita nestas eleições.

5. O PCP, fiel ao acordo estabelecido na negociação do Pacto MFA-Partidos, pronuncia-se favoravelmente a que o VI Governo Provisório permaneça em funções até à eleição do Presidente da República e entrada em funcionamento da Assembleia da República.

Apesar de ter reforçado a sua posição em relação aos outros partidos do Governo, o PCP não coloca qualquer exigência imediata de alteração da composição do VI Governo Provisório, tendo em vista a necessidade de evitar discussões que prejudiquem o curso do processo democrático.

6. As eleições para a Assembleia da República e os seus resultados abrem perspectivas favoráveis para a construção, de acordo com a Constituição, de um regime democrático a caminho do socialismo, onde encontrem satisfação as grandes aspirações do povo português.

Para realizar este grande objectivo patriótico é essencial a unidade das forças democráticas e de esquerda, forte aspiração popular claramente expressa nas eleições de 25 de Abril de 1976.

Lisboa, 26 de Abril de 1976

A COMISSÃO POLÍTICA DO COMITÉ CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

QUE FAZER APÓS AS ELEIÇÕES?

OS RESULTADOS ELEITORAIS SÃO RICOS DE ENSINAMENTOS

Todos os elementos relacionados com as eleições devem ser analisados para avançar na organização, no trabalho político e em toda a actividade do movimento popular de massas.

Os resultados das eleições, no que respeita à votação no PCP, para além dos seus aspectos imediatos de aplicação política, ao nível de alguns órgãos do poder, constituem um material a exigir estudo aprofundado por parte da organização do nosso Partido.

O PCP não tem a mínima característica que possa aproximá-lo sequer da acção que identifica os partidos eleitorais. A prática do PCP, no dia a dia da sua organização, segue à risca o Programa aprovado pelo Congresso. A campanha e o acto eleitoral que acabam de realizar-se não se desviaram um milímetro das orientações discutidas e aprovadas para serem aplicadas por todos os militantes.

Não é, portanto, de uma perspectiva eleitoralista que o estudo dos resultados das eleições interessa ao nosso Partido. Interessa-nos, isso sim, que, como acto político integrado na luta política de massas, o escrutínio para a Assembleia da República seja analisado, na perspectiva da movimentação dos trabalhadores organizados, localmente, por cada uma das organizações que constituem a organização do PCP a nível nacional.

Assim, os nossos militantes em todas as localidades do País extrairão das últimas eleições ensinamentos a aplicar nas suas tarefas diárias de organização, difusão e esclarecimento da política do PCP junto das massas trabalhadoras e de todas as camadas da população laboriosa.

Não interessam apenas os resultados numéricos. Importa sobretudo que os números e as percentagens adquiram valor qualitativo. Quer dizer: a análise deve ter em conta o reflexo desses valores numéricos na qualidade do trabalho desenvolvido, por exemplo em algumas zonas rurais do Norte e nas possibilidades abertas para melhorar esse trabalho em proveito das massas trabalhadoras e da sua organização, não apenas partidária, mas como parte do movimento operário e popular.

Citamos um exemplo do Norte. Podíamos ter escolhido um do Sul. Com as diferenças sociais e económicas existentes, o estudo deve ser feito em todo o País.

Melhorar constantemente a qualidade da nossa presença entre as massas, por isso, fazemos parte integrante, será o objectivo

prioritário da análise a fazer. Não será apenas um balanço. Não se trata de contar o que se obteve nas eleições para, eventualmente, obter mais noutras eleições.

O esforço deve ser todo orientado para melhorar o trabalho organizativo e incentivar muito mais o movimento de massas na realização de acções concretas e situadas nos interesses locais de toda a população explorada.

Deve ser analisada, por exemplo, a participação dos jovens trabalhadores, das donas de casa, dos estudantes, dos pequenos e médios agricultores. Não devemos esquecer nenhuma das motivações (verdadeiras ou falsas) que levaram a participar no acto eleitoral e condicionaram a expressão do voto.

O nosso Partido foi o único no Governo que aumentou o número de deputados relativamente às eleições para a Assembleia Constituinte. É um dado significativo a ter em conta.

O maior número de abstenções em relação ao acto eleitoral do ano findo deve reter também o interesse dos nossos militantes. Embora esse aspecto das eleições não seja dos mais significativos, no que respeita à quantidade dos votos

comunistas, deve, mesmo assim, ser ponderado com atenção.

Um dos pontos de análise deve ser também a campanha dos grupelhos neonazis, como factor concordante com a campanha da direita reacçãoária, no aproveitamento demagógico do obscurantismo e da ignorância que o fascismo (de ontem e de hoje) lança entre as camadas mais exploradas das classes trabalhadoras e noutros sectores da população.

Os resultados das eleições devem ser um ensinamento para o futuro imediato, em tudo o que possa interessar ao avanço do processo democrático, à consolidação e defesa das conquistas e realizações revolucionárias do nosso povo.

O trabalho colectivo, a presença constante dos nossos militantes entre as massas trabalhadoras, integrados no movimento popular, abrirão amplas perspectivas a esse estudo dos resultados eleitorais que servirá para corrigir esta ou aquela acção por não ser a mais adequada, estimulando a crítica e o avanço pelo caminho certo e fecundo.



MAIS DEZ DEPUTADOS DO PCP

O PCP foi o único Partido com representação governamental que aumentou o número de deputados para a Assembleia da República

O nosso Partido está no Governo para defender o mesmo programa que defende entre as massas trabalhadoras e entre todas as camadas da população explorada pelo regime dos monopólios e do latifúndio.

O que defendemos na comissão de trabalhadores, na comissão de moradores, na comissão de bairro, de freguesia ou de aldeia, no sindicato, na cooperativa, na fábrica, na empresa, na herdade colectiva, é exactamente o mesmo que defendemos no gabinete do ministério, na reunião do Conselho de Ministros, junto de todos os órgãos do Poder.

Por isso, ao contrário do que sucedeu com o resto dos partidos representados no Governo, não perdemos um único lugar em São Bento. De 30 lugares na Assembleia Constituinte passamos para 40 na Assembleia da República.

São mais dez deputados para defender uma política justa, no interesse de todo o movimento operário e popular, de todo o povo trabalhador. Mas não é o número o que conta mais, neste caso. O que sobretudo merece relevo é o facto de, tanto pelo voto como por outras atitudes políticas, merecermos a confiança largamente representativa daqueles que, vindo em nós um partido de governo, não confundem a política dos comunistas com a política antipopular de muitos membros desse Governo.

As massas trabalhadoras, todas as classes exploradas, sabem que o PCP não é responsável pelo aumento do custo de vida, pelo desemprego, pelo congelamento de salários, pela limitação das liberdades, pelos ataques à Reforma

Agrária, pelos saneamentos à esquerda, pela recuperação do grande capital, pelos impasses na descolonização, pelo tardio reconhecimento da República Popular de Angola, pelo terrorismo, pela instabilidade social.

Por nada disso o PCP é responsável. Nunca nenhum comunista contribuiu para que o processo democrático recuasse um milímetro. Nenhuma conquista popular foi por nós atacada. Nenhum avanço foi por nós retido.

Quando outros falam de mãos limpas por não terem participado no Governo, nós podemos afirmar que as mantemos limpas porque participámos em todos os governos desde 25 de Abril de 1974.

Enquanto esses mesmos as sujavam fora do Governo, o PCP lutava com todas as suas forças para que ninguém as sujasse enquanto governava.

As provas estão à vista. Apesar das calúnias e das patranhas que por aí se lançam, o PCP, como Partido de governo, sempre se manteve como o Partido dos trabalhadores e de todas as classes exploradas, como o Partido da Reforma Agrária, das nacionalizações, do controlo operário, das liberdades, da independência nacional.

Se essas calúnias e patranhas tivessem algum eco entre os trabalhadores, o PCP não sairia fortalecido do último acto eleitoral. A confiança no PCP nunca foi traída. No Governo, ou fora dele, a sua política sempre foi a mesma, na defesa do processo democrático rumo ao socialismo.

ALARGAR A UNIDADE, DINAMIZAR A ACCÇÃO

O povo português demonstrou maioritariamente, nas eleições do passado domingo, que não quer que o nosso País regresso ao passado fascista. As forças da reacção, os partidos fascistas PPD e CDS foram inapelavelmente derrotados, enquanto que, no seu conjunto, os partidos que defendem as liberdades e a democracia obtiveram a maioria dos votos.

A reacção prometeu vitórias e alternativas, mas foi batida. As massas trabalhadoras demonstraram saber que votar nos partidos reacçãoários era votar pelo regresso do fascismo, era votar pela liquidação das liberdades, era votar por uma maior e mais desenfreada exploração, era votar pela eterna miséria das populações laboriosas dos campos, era votar pelo restabelecimento do poder

terrorista dos monopólios, era votar pelo obscurantismo, era votar pela submissão da nossa Pátria ao imperialismo.

As massas trabalhadoras cortaram assim, e mais uma vez, o passo à reacção. A consolidação desta vitória exige que neste período pós-eleitoral, essa vitória sobre as forças da reacção e do fascismo, esse repúdio pela política dos partidos fascistas, aumente e se consolide, e, se possível, penetre junto das camadas da população ainda hoje sujeitas à influência das forças reacçãoárias.

As massas trabalhadoras votaram e criaram as condições para uma maioria de esquerda, votaram nas conquistas da revolução e sua defesa. Essas conquistas da revolução — as nacionalizações, a Reforma Agrária, o controlo operário

— foram obtidas graças à unidade das massas trabalhadoras. A sua defesa exige, portanto, que as massas trabalhadoras permaneçam firmemente unidas e, até, reforcem a sua unidade. No plano político, conforme salientou o nosso Partido, a defesa das conquistas da revolução passa pela maioria de esquerda e por um governo de esquerda. As condições para uma maioria de esquerda foram conseguidas. A constituição de um governo que pratique uma política de defesa dessas conquistas, uma política de esquerda, é uma exigência, não só do processo democrático, mas das massas trabalhadoras que, através dos seus votos unidos, votaram nos partidos democráticos.

A POLÍTICA DE UNIDADE É NECESSÁRIA À DEMOCRACIA

A grande tarefa que se coloca, no actual momento, aos trabalhadores portugueses, é o reforço da sua unidade a todos os níveis. Neste campo, a acção dos trabalhadores comunistas, hoje como ontem, deve ser exemplar.

A política de unidade de todas as forças democráticas tem sido uma constante da actividade do Partido Comunista Português. Tanto no passado fascista, como depois do 25 de Abril, nas lutas contra a ditadura terrorista dos monopólios e latifúndios e, posteriormente, nas lutas pela consolidação da democracia e das liberdades, nas lutas pelo aniquilamento dos monopólios e dos latifúndios e pelo estabelecimento em Portugal de uma sociedade democrática rumo ao socialismo, os comunistas têm sido os mais dedicados obreiros da unidade do povo português, da unidade das massas trabalhadoras, da unidade

de todas as forças democráticas, da unidade de todos os que no nosso País querem acabar de uma vez para sempre com a exploração do homem pelo homem.

A situação actual exige que os militantes comunistas actuem tendo em vista o reforço dessa unidade. Nos momentos difíceis do processo revolucionário, ficou amplamente demonstrado que só a unidade dos trabalhadores se poderia opor — como se opôs — firme e vitoriosamente, contra todos os que intentaram reinstaurar a ditadura fascista.

Os partidos fascistas foram batidos nas eleições pela votação maioritária nos partidos democráticos. Mas vão continuar a conspirar contra a democracia e as liberdades, vão prosseguir na aplicação da política terrorista dos monopólios e dos latifúndios, de quem são serventuários.

As massas trabalhadoras, unidas, vão-se opor aos seus designios mais uma vez. Mas, para isso, é necessário que reforcem a sua unidade. Os militantes comunistas, na sua fábrica, nos campos, tanto nas cooperativas e herdades colectivas como nos outros locais, nas suas empresas, nas suas escolas, devem desenvolver um intenso trabalho unitário.

O Partido Comunista Português apelou para que os trabalhadores votassem numa maioria de esquerda. As massas trabalhadoras corresponderam ao apelo do nosso Partido. Mas a concretização dessa maioria de esquerda exige, também, que as massas trabalhadoras reforcem a sua organização.

A defesa das nacionalizações, a defesa da Reforma Agrária, a defesa do controlo operário, a defesa da

democracia e das liberdades, interessam não só aos comunistas mas a todo o nosso povo. A construção no nosso País de um regime democrático — que só é possível com a consagração dessas conquistas do nosso povo — exige um governo de esquerda.

O reforço da influência do nosso Partido em quase todo o país, nomeadamente junto da classe operária e da população laboriosa dos campos do Sul, mostra bem que o PCP é necessário, é indispensável à prossecução de uma política de esquerda.

É necessário que os trabalhadores comunistas façam sentir, junto dos seus irmãos de classe, esta necessidade da democracia. Mas é igualmente necessário que aumente o trabalho com vista a que a sua unidade seja amplamente cimentada.

A unidade das massas trabalhadoras deve corresponder a unidade de todos os partidos e forças políticas interessadas na constituição de uma sociedade democrática rumo ao socialismo. O nosso Partido tem-se pronunciado firmemente pela unidade dos comunistas, socialistas e outras forças democráticas. O PCP prosseguirá os seus esforços no sentido de concretizar esta unidade. Mas é necessário que, quaisquer que sejam os resultados deste esforço do PCP, as massas trabalhadoras e, nomeadamente, os trabalhadores comunistas, sejam incansáveis na defesa desta política que a evolução do processo político português tem provado ser justa e correcta.

Se os esforços desenvolvidos pelo nosso Partido não forem concretizados positivamente, mais uma razão para que os militantes comunistas, em todos os locais, redobrem os esforços para a concretização

entre as massas trabalhadoras, de uma sólida unidade contra a reacção e o fascismo, contra a exploração do homem pelo homem, pela democracia e o socialismo.

O SECTARISMO É INIMIGO DA UNIDADE DOS TRABALHADORES

O sectarismo é o principal inimigo da política de unidade. Se bem que os militantes comunistas e as organizações do Partido tenham dado grandes passos em frente no combate a este mal do movimento operário e popular, ainda se notam, por vezes, manifestações sectárias que afectam e prejudicam o trabalho unitário.

Cada militante comunista deve compreender — e esclarecer os seus irmãos de classe — que o que une todos os trabalhadores é o facto de serem explorados. Estão errados os camaradas que se afastam do convívio dos outros trabalhadores, só por eles não pertencerem ao nosso Partido. Se são esses trabalhadores a afastarem-se, mais uma razão para os trabalhadores comunistas tomarem uma e mais iniciativas de aproximação.

O Partido aumentou a sua influência junto de consideráveis sectores da população. Os militantes comunistas devem estar preparados para que este facto não ocasione manifestações sectárias, como pode acontecer nestes casos. Nas regiões onde o Partido aumentou a sua influência e onde é a força política dominante, o combate ao sectarismo deve merecer especial atenção. Porque nessas zonas, a política de unidade é necessária: o Partido obteve vitórias nas zonas onde se vivem as conquistas da revolução, nomeadamente a

Reforma Agrária, por ser o seu mais consequente defensor. Mas a defesa dessas conquistas só é possível no quadro da mais ampla unidade dos trabalhadores.

Igualmente nas regiões onde a influência das forças reacçãoárias faz imperar o anticomunismo e a violência, devem ser firmemente combatidas as tendências para fechar a organização, para o isolamento. Bem pelo contrário, a defesa mais eficaz contra a acção contra-revolucionária reside no alargamento da influência, no esclarecimento das populações submetidas pelo terrorismo e pelo obscurantismo. A derrota das forças da reacção nos locais mais difíceis exige dos militantes do Partido a coragem e a firmeza de quem têm dado provas exaltantes: mas exige também um árduo trabalho virado para as massas, um contínuo trabalho de alargamento e reforço da unidade com todas as forças democráticas.

REFORÇAR O TRABALHO E A ORGANIZAÇÃO JUNTO DAS MASSAS POPULARES

Por outro lado, o papel do movimento de massas continua a ter uma importância fundamental no fortalecimento da democracia, no lançamento das bases sólidas que permitam encerrar o futuro socialista do nosso País. As eleições constituem um importante aspecto da luta contra o fascismo e pela institucionalização da democracia. Mas a sua consolidação passa igualmente pela ampla participação das massas trabalhadoras na resolução dos problemas que as afectam.

O reforço e a dinamização do movimento popular de massas que, ao longo destes dois anos, tem contribuído de forma decisiva para a defesa e consolidação da via democrática e socialista, devem ser também encorajados como tarefas fundamentais da hora presente.

No reforço das comissões de trabalhadores e moradores e outras organizações populares unitárias e na defesa e reforço do papel dos organismos sindicais dos trabalhadores joga-se também o futuro da democracia no nosso País, além desse trabalho constituinte um importante contributo para a política de unidade.

A ampla intervenção das massas populares no processo iniciado em 25 de Abril de 1974 é um dos seus elementos essenciais, que tem que ser mantido e reforçado. A democracia e o socialismo só se constroem com a participação directa dos trabalhadores. Estes, unidos e organizados, constituem a mais poderosa força de oposição a todos os que querem liquidar a democracia e as liberdades, a todos os que querem impedir a construção em Portugal de um país livre, democrata, progressista e independente.

Também neste campo, a acção dos militantes comunistas se deve desenvolver e intensificar. Também aqui há que constituir e defender uma ampla maioria de esquerda.

O reforço da unidade das massas trabalhadoras, o reforço do trabalho e da organização das massas populares constituem dois importantes aspectos para a construção do futuro democrático, independente e socialista de Portugal.

aberto todos os dias

O PAVILHÃO DO Avante! na Feira Popular

QUARENTA DEPUTADOS COMUNISTAS

BEJA



Francisco Miguel

Operário, 68 anos, natural de Balizão, filho de camponeses. É membro do Comité Central do PCP. Passou nas prisões fascistas 21 anos e dois meses, precisamente. Esteve duas vezes no Tarrafal, de onde foi o último preso político a sair. Naquela colónia penal totalizou 8 anos e meio de permanência. Evadiu-se quatro vezes da prisão, tendo participado na fuga colectiva de Peniche de 3 de Janeiro de 1960, com Álvaro Cunhal e outros dirigentes do Partido, e na fuga de Caxias de 4 de Dezembro de 1961, no automóvel blindado de Salazar, com outros destacados militantes. Durante 31 dias (em três etapas) foi submetido à bárbara tortura da "estátua" e, em 1950, esteve 17 dias permanentemente algemado.

Nenhum sofrimento o fez prestar declarações. Começou a militar no Socorro Vermelho Internacional em 1929, filiou-se no PCP em 1932, e é membro do Comité Central do PCP desde 1939. Esteve exilado em Espanha em 1931-32, por ter encabeçado uma luta de camponeses, e várias vezes no estrangeiro no desempenho de tarefas do Partido. Representou o PCP em Congressos de Partidos Irmãos.

Foi deputado à Assembleia Constituinte, onde a sua actuação, se tem caracterizado pela sua lucidez de um histórico combatente comunista que dedicou a sua vida à luta do povo.



Manuel Moita

Operário agrícola, de 44 anos de idade, natural de Pias, concelho de Serpa.

Combativo antifascista, participa no MUD Juvenil em 1952. Em 1955 é chamado às fileiras do Partido, onde se afirma como activista e organizador. Participou no trabalho de organização como membro do Comité Local de Pias.

Após o 25 de Abril, desenvolveu intensa actividade partidária, a par de grande actividade nas jornadas de luta dos trabalhadores agrícolas. É actualmente membro da Comissão Directiva da Herdade Colectiva "Esquerda Vencerá" e tesoureiro da Casa do Povo de Pias.

COIMBRA



Dias Lourenço

Operário metalúrgico, 60 anos, membro da Comissão Política do Comité Central do Partido. Membro do PCP desde 1932, passou à clandestinidade em 1942. Preso pela primeira vez em 1949, evadiu-se da prisão em 1954. Em 1962 foi novamente preso. Em qualquer das duas vezes recusou-se sempre a prestar declarações. Libertado após o 25 de Abril, depois de um total de 17 anos de prisão é actualmente director do jornal "Avante!" e deputado do PCP à Assembleia Constituinte.

ÉVORA



Manuel de Gusmão

Natural de Évora, 29 anos de idade, assistente da Faculdade de Letras de Lisboa.

Foi redactor das revistas "O Tempo e o Modo", "Letras e Artes" e do jornal "Crítica". Está ligado ao Partido Comunista Português desde Março de 1971.

Colaborou no Movimento Democrático Português em 1973, antes e depois da farsa eleitoral. Participou numa tentativa de organização para-sindical dos professores do Ensino Superior antes do 25 de Abril.

Logo a seguir ao 25 de Abril fez parte da Comissão Instaladora do Sindicato dos Professores.

Fez parte da Comissão Directiva Provisória eleitoral do Sindicato dos Professores da Zona da Grande Lisboa (distrito de Lisboa, Santarém e Setúbal).

Pertence ao Secretariado da célula dos Professores Comunistas da Organização Regional de Lisboa do Partido

FARO



José Vitoriano

Operário corticeiro, tem 57 anos e é natural de Silves. Foi presidente do Sindicato dos Corticeiros do Algarve. Foi preso pela primeira vez em 1948. Libertado em 1951, regressa à actividade revolucionária como militante clandestino. Novamente preso em 1953, foi barbaramente torturado. Em 1957, ano em que devia terminar a sua pena, voltou a ser condenado ilegalmente a mais 6 anos e meio de prisão. Recusou-se sempre a prestar declarações sobre a sua actividade partidária e sobre o seu Partido. Só foi libertado em 1966, reingressando na actividade clandestina.

José Vitoriano passou 17 anos nas masmorras fascistas e mais 6 anos na clandestinidade.

José Vitoriano é membro do Comité Central e da Comissão Política do Partido Comunista Português.

LEIRIA



Joaquim Gomes

58 anos, operário vidreiro, é natural da Marinha Grande onde começou a trabalhar nas fábricas do vidro aos 7 anos de idade. Em 1932, ou seja, com 15 anos, ingressou na Federação das Juventudes Comunistas Portuguesas. Participou, em 1933, na greve que ficou conhecida pela "greve dos miúdos" — greve dos aprendizes vidreiros por melhores salários.

Por esse motivo esteve preso durante quatro meses e meio. Fez parte do Comité Local da Marinha Grande do Partido Comunista Português. Mais tarde, do Comité Local de Lisboa e dos principais organismos regionais do PCP. Esteve ligado ao aparelho de distribuição da imprensa clandestina, foi responsável do "Avante!" e de várias tipografias do Partido.

Passou à clandestinidade em 1952, tendo sido preso em Lisboa cerca de um ano e meio depois e evadiu-se da prisão da PIDE do Porto 9 meses depois de ter sido preso em 1954.

Na VI Reunião Ampliada do Partido, em 1955, foi eleito membro suplente do Comité Central e em 1957 foi promovido a membro efectivo. Em fins de 1958 foi de novo preso, mas, a 3 de Janeiro de 1960 evadiu-se da Fortaleza de Peniche juntamente com outros camaradas.

Em 1962 fez parte dum Secretariado do Partido constituído, após a prisão, em 1961, dos camaradas do Secretariado.

Em 1963 passou a fazer parte da Comissão Executiva, então constituída, organismo do qual fez parte até Abril de 1974. Pertenceu ainda, na qualidade de membro da Comissão Executiva, à Comissão Política do Comité Central do Partido.

É membro da Comissão Política e membro do Secretariado do Comité Central do nosso Partido. É militante do PCP há 42 anos e pertence ao Comité Central há 20. Conta 22 anos de luta clandestina. Participou em diversas lutas dos operários da indústria vidreira e outras, como as de 1946/47 em Lisboa. Como quadro clandestino tomou parte na organização e direcção de importantes lutas económicas e políticas:

Carris, CP, Portuários, Construção Civil, Operários agrícolas e camponeses. Participou nas batalhas eleitorais de 1957, 1958, 1961, 1965, 1969, 1976. Participou nos VI e VII Congressos do Partido. Presidiu à sessão de encerramento da Conferência Nacional do Partido realizada a 14 de Março deste ano.

LISBOA



Álvaro Cunhal

Licenciado em Direito, Secretário-Geral do PCP, nasceu em Coimbra em 1913. Iniciou a sua actividade revolucionária quando estudante, sendo eleito em 1934 representante dos estudantes de Lisboa no Senado Universitário. Trabalhou na Liga dos Amigos da URSS, no Socorro Vermelho e nos Grupos de Defesa Académica. Membro do PCP desde 1931, foi eleito em 1935 Secretário-Geral da FJCP. Preso no Verão de 1937, sendo já membro do CC, foi submetido a torturas e cumpre o seu dever de comunista. Libertado um ano mais tarde, volta imediatamente à luta.

Participa activamente na reorganização do PCP em 1940-41. Chamado ao Secretariado, no Outono de 1942, tem destacado papel no estabelecimento de seguros métodos de defesa do Partido, na criação de um sólido núcleo de revolucionários profissionais e de uma direcção colectiva estável, na elaboração da estratégia da luta operária e antifascista (designadamente na condução das greves de 1943, 1944 e 1947, e na criação do MUNAF), na imprensa clandestina, no restabelecimento das relações com o Movimento Comunista Internacional.

Preso de novo em 1949 e mantido incomunicável 14 meses, recusou de novo responder a quaisquer perguntas e veio a permanecer 11 anos seguidos nas cadeias fascistas, 8 dos quais em completo isolamento. Em 3 de Janeiro de 1960 reconquista a liberdade, evadindo-se, junto com um grupo de destacados militantes comunistas, da prisão-fortaleza de Peniche. De novo chamado ao Secretariado do CC é eleito Secretário-Geral do PCP em 1961. Deu uma contribuição capital para a elaboração do Programa do Partido, aprovado pelo VI Congresso, em 1965.

No cumprimento das tarefas que lhe incumbem, interveio em todo o trabalho de direcção central do Partido. Participou, chefiando delegações do PCP, em inúmeros congressos e encontros com Partidos irmãos e em conferências internacionais (dos Partidos Comunistas da Europa em 1967, em Karlovy Vary, Moscovo; dos países capitalistas europeus, em 1973, em Bruxelas).

Autor de vasta obra teórica, vários dos seus livros e artigos têm larga audiência nacional e no estrangeiro.

Foi ministro sem pasta do 1.º, 2.º, 3.º, e 4.º Governos Provisórios.



Carlos Brito

Empregado de escritório nasceu em 1933, em Lourenço Marques (actual Maputo), Moçambique. É membro da Comissão Política do Comité Central do PCP.

Iniciou a sua actividade política em 1951. Activista do MUD Juvenil, fez parte da Direcção Universitária de Lisboa deste Movimento. Membro da Comissão Nacional da Paz em 1954-55, participou nas campanhas contra a entrada de Portugal na NATO e pela interdição das experiências com bombas atómicas. Preso em 1953 pela primeira vez, entrou nesse ano para o PCP. Em 1955, passou a lutar na clandestinidade como funcionário do Partido. Em Outubro de 1956 foi preso pela PIDE, evadindo-se da cadeia do Aljube em Maio de 1957 para retomar o seu posto de luta.

Pertencendo à Direcção Regional de Lisboa do PCP, é de novo preso em meados de 1959, cumprindo mais 7 anos de prisão nas cadeias do Aljube, Caxias e Peniche. Libertado em 1966, retomou o seu posto de combate

clandestino. Membro do Comité Central em Agosto de 1967, foi responsável da DOR do Norte entre esse ano e 1970. Pertenceu à Comissão Executiva do CC do PCP entre 1970 e 1972. A partir desse ano, é responsável da DOR de Lisboa. Quando do 25 de Abril, lutava na clandestinidade em Lisboa. Foi eleito deputado à Assembleia Constituinte pelo círculo de Faro nas eleições de 25 de Abril de 1975.



Georgete Ferreira

Operária têxtil, nasceu em Alhandra em 1925, começou a trabalhar aos 8 anos. É membro efectivo do Comité Central do PCP.

Membro do Partido desde 1943, passou à clandestinidade em 1945, é cooptada para o CC em 1952. Em 1944, dirige uma greve vitoriosa de costureiras, intervém em manifestações contra a fome e trabalha na assistência aos presos políticos. Em 1945, participa na organização das grandes manifestações antifascistas da sua região. Presa em 1949, nega-se a prestar declarações. Evade-se em 1951 e regressa à clandestinidade. Como membro do Comité Local do Porto, controla o sector operário, passando ao Comité Local e à Direcção Regional de Lisboa. Presa de novo em 1954, de novo se recusa a prestar declarações.

Condenada, sai em liberdade vigiada em 1959. Doente, é enviada pelo Partido à Checoslováquia para tratamento, onde seguidamente desempenha tarefas do Partido e participa em reuniões internacionais da F.D.I.M., da FSM e de solidariedade aos presos políticos. Regressa ao País em 1965, desempenhando tarefas de direcção em Lisboa, Porto e Setúbal, onde se encontrava quando do 25 de Abril. Passou 7 anos nas cadeias fascistas. É membro da Direcção da Organização Regional de Lisboa do PCP. Eleita deputada à Assembleia Constituinte.

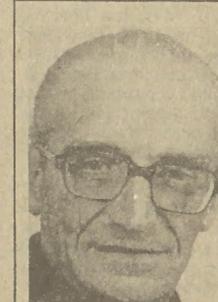


Vital Moreira

Assistente da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, com 31 anos de idade.

Participou na campanha "eleitoral" de 1969, integrado na CDE. Fez parte da respectiva comissão jurídica. Participou nas lutas académicas de 1969. Foi por esse facto afastado das suas funções docentes. Figuro entre os membros da Comissão Nacional do Congresso da Oposição Democrática, realizado em Aveiro em 1973. Foi redactor da revista "Vértice" desde 1959. É autor de várias publicações sobre marxismo. Traduziu e organizou a edição do "Capital", de Marx, em Portugal, cuja publicação se iniciou antes do 25 de Abril. Foi membro dos Corpos Gerentes da Cooperativa UNITAS.

Eleito deputado à Assembleia Constituinte.

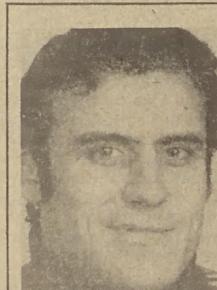


José Magro

Empregado de escritório, nasceu em Lisboa em 1920. É membro efectivo do Comité Central do PCP.

Participou nas lutas académicas de Lisboa em 1937/42, quando frequentava o curso de Medicina, que não completou por razões económicas. Activista da Juventude Comunista, aderi ao PCP em 1940, passou à clandestinidade em 1945 e entrou para o CC em 1957. Destacado pelo PCP, foi funcionário político do MUNAF. Participou na direcção da actividade partidária na maioria das campanhas políticas democráticas desde 1945, incluindo as de Norton de Matos e Humberto Delgado. Foi um dos organizadores e dirigentes das jornadas de Maio de 1962, em Lisboa, que mobilizaram mais de 100000 pessoas. Preso três vezes, sempre se recusou a responder à policia. Principal organizador da fuga colectiva de Caxias no carro blindado de Salazar, em 1961. Quando do 25 de Abril, estava preso em Caxias e era o preso político com mais tempo de cadeia: 21 anos. É membro da Direcção da Organização Regional de Lisboa do PCP.

Eleito deputado à Assembleia Constituinte, foi seu Vice-Presidente.



Jerónimo de Sousa

Operário metalúrgico, natural de Pirescoxe, Santarém de Azóia, tem 28 anos.

Fez parte de diversas direcções de colectividades populares, participou em diversas actividades culturais da sua região, no movimento sindical de 1973 para expulsar a comissão administrativa imposta pelo Governo aos trabalhadores do ramo. Escolhido pelas zonas de Vila Franca de Xira e Loures para fazer parte da Lista de Unidade, candidato à direcção do Sindicato dos Metalúrgicos, foi eleito em Janeiro de 1974, apesar da repressão exercida pela PIDE. Após o 25 de Abril, foi escolhido por unanimidade pelos trabalhadores da Empresa MEC, Fábrica de Aparelhos Industrial, Lda., para fazer parte da Comissão de Unidade.

Membro da C. Concelhia de Loures do PCP. Foi eleito deputado à Assembleia Constituinte.



Carlos Aboim Inglês

Empregado, nasceu em 1930, em Lisboa. É membro efectivo do Comité Central do PCP.

Filho de conhecidos democratas, desde jovem contactou directamente a perseguição fascista. Quando estudante, e depois de ter sido forçado a abandonar os seus estudos, exerceu várias profissões (desenhador, explicador, empregado de livraria, empregado de escritório, jornalista). Aderi ao PCP com 15 anos de idade, no bairro de Alcântara, onde vivia. Foi activista do MUD Juvenil, tendo pertencido à sua Direcção Universitária de Lisboa e, de 1951 a 1956, à sua Comissão Central. Dirigente académico em 1949-51, foi dinamizador da recriação nesses anos da Associação Académica da faculdade de Letras e seu delegado à Comissão Inter-Associações de Lisboa. Foi membro da Comissão Nacional da Paz em 1954-55. Pela sua actividade política foi preso repetidas vezes pela PIDE, a primeira em 1949, a última em 1959 tendo passado cerca de dez anos nas cadeias fascistas e mantido sempre um firme porte revolucionário. Libertado em 1967, retoma imediatamente o seu posto de combate. Cooptado membro do Comité Central em 1958, trabalhou vários anos na clandestinidade na direcção do sector intelectual de Lisboa, do movimento juvenil e do trabalho unitário.

Representou o PCP em diversas reuniões, congressos e conferências internacionais de Partidos Comunistas e Operários, bem como no Congresso da Organização Internacional dos Jornalistas, em Havana, e no Congresso Mundial das Forças Amantes da Paz, em Moscovo. É membro da Direcção da Organização Regional de Lisboa do PCP.



Manuel Gonçalves

Metalúrgico da Carris, com 53 anos de idade, é natural de Torres Novas.

Na Carris desde 1944, fez parte da Comissão de Trabalhadores que em 1947 apresentou à administração várias reivindicações dos trabalhadores, comissão perseguida e numerosas vezes ameaçada pela policia politica. Participou activamente na greve da Carris de 1968 ("greve das malas"). Fez parte da Comissão de Trabalhadores que se formou depois do 25 de Abril. Eleito delegado sindical em Agosto de 1974, confirmado no mesmo lugar em Maio de 75 e Janeiro de 76, lugar que ainda ocupa. É membro do Secretariado dos delegados sindicais.

Ingressou no PCP após o 25 de Abril de 1974, pertencendo actualmente ao Secretariado da Célula da Carris do PCP.

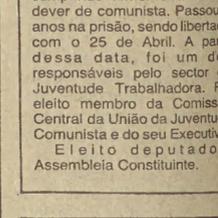


José Pedro Soares

Tipógrafo, de 26 anos, natural de Cachoiras (Vila Franca de Xira). Membro suplente do Comité Central do PCP.

Começou a trabalhar aos 13 anos, primeiro em Vila Franca de Xira e depois no OGMA de Alverca. Membro do PCP desde 1969, participou nas lutas dos trabalhadores e da juventude da sua região. Preso em Julho de 1971, foi barbaramente torturado (820 horas de tortura de sono), cumprindo firmemente o seu dever de comunista. Passou 3 anos na prisão, sendo libertado com o 25 de Abril. A partir dessa data, foi um dos responsáveis pelo sector da Juventude Trabalhadora. Foi eleito membro da Comissão Central da União da Juventude Comunista e do seu Executivo.

Eleito deputado à Assembleia Constituinte.



Severiano Falcão

Orçamentista da construção civil, de 52 anos, natural de Alhandra. Foi marceneiro e carpinteiro.

Membro do Partido desde 1942, participou no MUNAF. Membro do Comité Local de Alhandra e Regional do PCP (1944/49). Foi preso, já na clandestinidade, em 1950, e barbaramente torturado pela PIDE. Seis anos depois saiu em liberdade. Foi então preso pela segunda vez, quando da campanha de Humberto Delgado, e condenado a mais nove anos de prisão, que cumpriu. Libertado, participou activamente na vida associativa da sua terra e em todas as campanhas democráticas até ao 25 de Abril. Actualmente é membro eleito da Comissão de Trabalhadores da Sociedade de Construções Joaquim Francisco dos Santos, Lda, tendo sido designado para delegado dos trabalhadores na Comissão Administrativa daquela empresa.

PARA UMA MAIORIA DE ESQUERDA



Alda Nogueira

Licenciada em Físico-Químicas, nasceu em Lisboa em 1923. É membro suplente do Comité Central do PCP.

Quando estudante liceal, foi presidente da Associação Escolar do Liceu D. Filipa de Lencastre durante vários anos. Ao entrar para a Universidade, aderiu às Juventudes Comunistas. Militou no Socorro Vermelho, na Associação Feminina Portuguesa para a Paz e no Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas, bem como nas secções culturais de várias colectividades populares, colaborando em diversos jornais e revistas e fazendo conferências sobre problemas da ciência e da mulher e infância. Pertenceu à célula do PCP da Faculdade de Ciências e ao organismo do PCP para o trabalho feminino. Em 1949, passou à clandestinidade, trabalhou na redacção do «Avante!». Em 1956 entrou para o Comité Local de Lisboa e em 1957 foi eleita membro suplente do CC, no 5.º Congresso. Membro da Direcção da Organização Regional de Lisboa de 1957 e 1959. Presa neste ano, recusou-se a responder a quaisquer perguntas. Julgada e condenada, passou mais de nove anos nas cadeias fascistas. É membro da DORL do PCP.

Eleita deputada à Assembleia Constituinte.



Victor Benito da Silva

Torneiro mecânico, tem 35 anos.

Esteve ligado ao MUD Juvenil em 1954/56, altura em que foi contactado pelo Partido, e pertenceu ao Comité da Greve da Mague em 1958. É membro da Comissão Concelhia do PCP de Vila Franca de Xira.



Veiga de Oliveira

Engenheiro, com 47 anos de idade, é natural de Ervedosa do Douro.

Dos 3 aos 17 anos viveu em Angola, onde fez o curso dos Liceus. Formou-se em Engenharia Civil na Universidade do Porto em 1952. Em 1949 entrou para o MUD Juvenil tendo participado activamente nas lutas académicas e na campanha de Norton de Matos para a Presidência da República. É membro do PCP desde 1954. Em 1958 passou à clandestinidade e foi enviado pela Direcção do Partido para o Brasil, onde esteve até 1962, trabalhando na reestruturação da actividade dos comunistas e antifascistas exilados, contribuindo para a publicação regular do «Portugal Democrático», a realização da Conferência Internacional Pro-Amnistia em Espanha e

Portugal, em São Paulo, e na preparação da II Conferência realizada em Montevideo.

Regressando a Portugal, como funcionário clandestino do PCP, esteve na direcção do sector intelectual de Lisboa. Preso pela PIDE em Dezembro de 1965 foi barbaramente torturado e espancado, tendo estado um total de 34 dias e noites de tortura do sono. Julgado e condenado a 4 anos de prisão, veio a ser posto em liberdade com quase 5 anos de prisão cumprida na cadeia de Peniche e a saúde abalada.

Como profissional de engenharia é autor de dezenas de projectos de estruturas de edifícios e pontes e foi funcionário da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais do Ministério das Obras Públicas entre 1956 e 1958.

Foi Ministro dos Transportes e Comunicações em representação do PCP, no IV Governo Provisório; Ministro do Equipamento Social no VI Governo, sendo o actual Ministro das Obras Públicas.

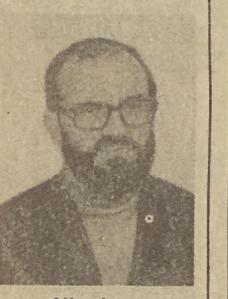


Carlos Carvalhas

Economista, natural de S. Pedro do Sul, com 34 anos.

Enquanto estudante, foi professor do ensino técnico oficial. Iniciou a sua actividade profissional como técnico do Gabinete de Estudos e Planeamento dos Transportes Terrestres, desempenhando em 25 de Abril as funções de economista de empresa. Fez parte do grupo de apoio estudantil às «eleições» de 1965, da Comissão de Economistas nas «eleições» de 69 e da Comissão Executiva da CDE nas «eleições» de 73. É membro do Partido desde 1969. Foi colaborador de diversos jornais e revistas, nomeadamente da «Seara Nova», «Véris» e «Diário de Lisboa». Era em 25 de Abril o director do semanário «Notícias da Amadora». É membro do Conselho Português para a Paz e Cooperação, tendo feito parte, entre outras, da delegação portuguesa ao Congresso Mundial das Forças da Paz, em 1973, em Moscovo, e às comemorações do 25.º aniversário do Movimento da Paz, em 1974, em Paris. Foi colaborador de diversos sindicatos, tendo realizado diversas arbitragens de contratação colectiva, nos sindicatos dos caixeiros, seguros, escritórios e metalúrgicos. Foi Secretário de Estado do Trabalho nos cinco primeiros Governos Provisórios.

PORTALEGRE



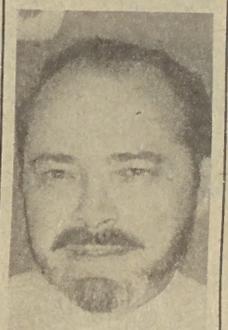
Nicolau de Ascensão

Funcionário Administrativo, de 40 anos de idade, natural de Portalegre, filho de trabalhadores. Membro do Partido desde 1974. É membro da Comissão Concelhia de Portalegre do PCP.

Camarada muito considerado e prestigiado na cidade de Portalegre. Toda a sua família é comunista. Sem estar organizado e sem quaisquer directrizes começou em 1972 a escrever para o semanário local «A Rabeca» denunciando, dentro do possível, a política e as injustiças do regime fascista.

Foi membro do MDP, participando activamente nas suas reuniões e outras tarefas. Foi membro da Comissão de Trabalhadores da Câmara Municipal de Portalegre.

PORTO



Carlos Costa

Nasceu em 1928, é casado e foi explicador de matemática. Nasceu e viveu parte da sua juventude em Fafe, vila operária do Minho que durante os anos de fascismo foi um baluarte da luta dos trabalhadores minhotos e da resistência antifascista e uma base de apoio da acção do Partido no Distrito de Braga. Precisamente por isso foi das terras do Norte que maior repressão sofreu: centenas de presos, dezenas dos quais passaram longos anos na prisão, dois assassinados pela PIDE, etc.

Carlos Costa, filho de um professor primário, viveu desde criança neste meio político e sempre em contacto íntimo com a classe operária da sua terra. Identificando-se com os interesses e a ideologia da classe operária, tornou-se aos 15 anos (em 1943) militante do Partido.

Em 1946 foi um dos fundadores do MUD-Juvenil e depois membro da sua Comissão Central.

Em 1948, quando tinha 20 anos, foi preso pela primeira vez. Era então membro do Comité Local de Fafe do PCP, juntamente com Gervásio da Costa, morto nessa altura em consequência de torturas da PIDE. Joaquim Lemos de Oliveira, mais tarde assassinado pela PIDE, e Luís Nogueira, que passou 12 anos nas prisões políticas.

Já nessa altura Carlos Costa se recusou a prestar declarações à PIDE.

Saído da prisão em 1949, desde então Carlos Costa viveu toda a sua vida em função dos interesses do Partido, que são exactamente os da classe operária e do Povo Português.

Em 1950 foi funcionário político do MUD-Juvenil.

Em 1951 entrou na clandestinidade como funcionário do Partido. Nessa qualidade participou na organização de dezenas e dezenas de lutas reivindicativas e políticas da classe operária e do Povo. No Partido desempenhou diversas funções: controlou a Organização Regional do Algarve, participou no aparelho de distribuição da propaganda do Partido; foi responsável pelo trabalho das organizações juvenis do Partido; fez parte da redacção do «Avante!»; foi responsável pela Organização Regional de Lisboa, etc. Em 1960 foi eleito para o Comité Central do Partido e em 1961 foi chamado ao trabalho no Secretariado do Comité Central do PCP.

Em 1960, participou, com Alvaro Cunhal e outros camaradas, na fuga de Peniche. Preso três vezes e torturado pela PIDE, nunca prestou declarações. Ao todo passou cerca de 15 anos nas prisões. Foi responsável da DORN nos últimos anos do fascismo. Actualmente é membro da Comissão Política e do Secretariado do Comité Central do PCP.



Ângelo Veloso

45 anos, natural do Porto (Bonfim). De família de média burguesia, origem transmontana, de espírito e posições fortemente antifascistas e democráticas. Seu pai é sistematicamente perseguido na sua vida profissional e cívica pelo regime fascista.

Tira o curso dos liceus no Porto e frequenta a Universidade do Porto.

Ainda estudante liceal, começa a sofrer as primeiras e ainda «benevolentes» perseguições políticas. Adere pouco depois ao MUD-Juvenil e participa de destacadamente no então incipiente movimento

associativo liceal e depois no reinício das actividades pró-associativas universitárias (1949/50 — CAPP) vai estudar para Lisboa, onde, acompanhando e participando na actividade associativa desenvolve paralelamente intensa actividade no MUD-Juvenil.

É detido pela primeira vez, ainda com 19 anos, com uma dezena de universitários participantes no Festival Mundial da Juventude Musical, em 1950.

É acusado de pertencer ao MUD-Juvenil, sendo espancado e torturado pela PIDE, a quem recusa prestar qualquer declaração.

Desde fins de 1950 passa a fazer parte da Comissão Central do MUD-Juvenil, participando na direcção, na organização e nas actividades juvenis progressistas.

É preso pela segunda vez, em 1955, recusando-se de novo a prestar qualquer declaração à polícia política. É um dos sete primeiros réus do célebre processo dos 52: Agostinho Neto, Oscar Lopes, Borges Coelho, Hernâni Silva, etc., são alguns dos seus companheiros num julgamento de ressonância nacional e internacional. Depois de 2 anos de detenção, é julgado e condenado em 2 anos de prisão maior e medidas de segurança. Ao fim de um total de mais de quatro anos de prisão sai da cadeia de Peniche em liberdade condicional.

Retorna ao fim de meia dúzia de meses a sua actividade política na clandestinidade como funcionário do PCP. Faz parte do Comité Central desde 1966. Viveu na clandestinidade 15 anos.

Quando responsável pela DORL e após as grandes lutas de massas de 1968/69 é preso. De novo se recusa a prestar qualquer declaração à PIDE.

É julgado e condenado em mais 7 anos de prisão maior. Sofreu um total de cerca de 11 anos de prisão.

A 26 de Abril de 1974 é libertado da cadeia de Peniche pelas Forças Armadas.

Desde então tem vivido no Porto. É responsável da DORN.

Encabeça a lista de candidatos do PCP no Porto em 1975, tendo sido eleito deputado à Assembleia Constituinte.



Lino Lima

59 anos, advogado, natural do Porto. Membro do Partido desde 1941, faz parte da Direcção da Organização Regional do Norte. Activista da Oposição Democrática, no distrito de Braga, desde 1945, pertenceu às suas sucessivas comissões distritais e de candidaturas e Deputados à Presidência da República até ao derrubamento do fascismo, tendo sido candidato a deputado pela CDE em 1969. Participou em 1968, numa reunião unitária celebrada no estrangeiro entre diversas organizações políticas portuguesas. Foi membro da Comissão do Movimento Nacional Democrático, da Comissão Central da candidatura à Presidência da República do dr. Ruy Luís Gomes e da Comissão Central do MDP.

Tomou parte na activa organização e debates dos Congressos Republicanos de Aveiro. Preso quatro vezes pela PIDE, a primeira das quais em 1944, foi julgado uma vez pelo Tribunal Plenário de Lisboa. Autor do livro «A Crise da Indústria Têxtil Algodoeira/1957», foi relator de grande número dos documentos que foram publicados pela Oposição Democrática de Braga, desde 1945 e que se acham coligidos no livro «Intervenção Política». Como advogado interveio em muitos julgamentos do Tribunal Plenário do Porto, defendendo militantes do Partido e outros democratas. Foi membro da Comissão Eleitoral nomeada pelo 1.º Governo Provisório para elaborar a Lei Eleitoral para a Assembleia Constituinte. Foi candidato à Assembleia Constituinte pelo PCP, no círculo eleitoral de Braga, em 1975. Em Agosto passado, o seu escritório de advogado, em Farnalício, foi totalmente destruído por um bando terrorista.

SANTARÉM



Octávio Pato

Nasceu em 1925 em Vila Franca de Xira e começou a trabalhar aos 14 anos na indústria de calçado, ao mesmo tempo que iniciava a sua actividade revolucionária como membro da Federação da Juventude Comunista Portuguesa (FJCP).

Aos 16 anos ingressou no Partido, tendo feito parte do Comité Local de Vila Franca de Xira e do Comité Regional respectivo. Desenvolveu então actividade importante em diversas colectividades de recreio e desportivas.

Em 1945, Octávio Pato passou à clandestinidade. No ano seguinte é destacado para a tarefa de criação do Movimento Unitário da Juventude (MUD Juvenil). Nesta organização desempenhou tarefas de responsabilidade. Em 1947, continuando embora ligado ao trabalho entre a juventude, foi chamado à Direcção da Organização Regional de Lisboa.

Em 1949 foi cooptado para membro suplente do Comité Central e em 1952, já então membro efectivo deste organismo, foi chamado ao Secretariado do CC.

Como membro do CC Octávio Pato trabalhou nas Direcções de Lisboa, do Norte e do Sul, na redacção do «Avante!» e foi responsável pelo controlo das tipografias clandestinas.

Foi preso em 1961. Sofreu torturas brutais como a do sono durante 18 dias consecutivos. Foi condenado a oito anos e meio de prisão e a medidas de segurança. A sua libertação após nove anos de cadeia deveu-se a um grande movimento de solidariedade desencadeado sobretudo na região de Vila Franca de Xira.

Poucos meses depois, Octávio Pato reintegrou na clandestinidade. Pelo 25 de Abril, era membro do Secretariado e da Comissão Executiva do Comité Central, tendo a seu cargo, entre outras tarefas, a responsabilidade da redacção do «Avante!».

É actualmente membro do Secretariado e da Comissão Política do CC.

Em 1975 foi eleito deputado do PCP à Assembleia Constituinte pelo círculo de Lisboa.



Vitor Louro

Engenheiro silvicultor de 30 anos de idade, natural de Braga. Militante do PCP desde 1966. Participou no 25 de Abril como fuzileiro, desenvolveu grande actividade no movimento estudantil, quer nos liceus, quer na Universidade e foi dirigente associativo. Tem tido uma participação activa na Reforma Agrária, com uma colaboração efectiva na preparação das leis do arrendamento rural e dos baldios, nomeadamente.

Exerceu a sua actividade profissional na Beira Baixa, na pequena propriedade florestal.

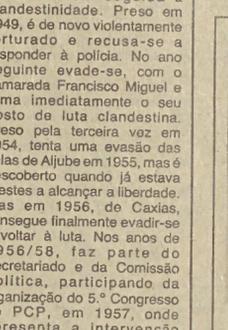
É actualmente Secretário de Estado da Estruturação Agrária.

SETÚBAL



Jaime Serra

Traçador naval, de 55 anos. Membro da Comissão Política do Comité Central do PCP. Em 1937, com 15 anos é preso pela primeira vez. Em 1945/47 reorganiza a célula do PCP no Arsenal do Alfeite e participa na direcção da greve das Construções Navais de Lisboa, passando em seguida à clandestinidade. Preso em 1949, é de novo violentamente torturado e recusa-se a responder à polícia. No ano seguinte evade-se, com o camarada Francisco Miguel e toma imediatamente o seu posto de luta clandestina. Preso pela terceira vez em 1954, tenta uma evasão das celas de Aljube em 1955, mas é descoberto quando já estava prestes a alcançar a liberdade. Mas em 1956, de Caxias, consegue finalmente evadir-se e voltar à luta. Nos anos de 1956/58, faz parte do Secretariado e da Comissão Política, participando na organização do 5.º Congresso do PCP, em 1957, onde apresenta a intervenção «Sobre o Problema das Colónias». Preso pela 4.ª vez em 1958, evade-se pela 3.ª vez na fuga colectiva de Peniche (1960), com Alvaro Cunhal e outros camaradas, retomando o seu posto na luta. Representou o PCP nas comemorações do 40.º aniversário da Revolução de Outubro, em Moscovo, em diversos Congressos e Encontros com partidos irmãos e participou na delegação à Conferência Internacional de 1957, em Moscovo.



Hermenegilda Pereira

Operária têxtil na CUF, de 39 anos. Eleita pelos seus colegas para a Comissão Geral dos Trabalhadores da CUF. Participou activamente nas campanhas de solidariedade aos presos políticos e nas diversas campanhas eleitorais, bem como nas iniciativas do Movimento Democrático das Mulheres Portuguesas. É actualmente deputada à Constituinte.



Américo Leal

Operário corticeiro, de 54 anos. Membro do Comité Central do PCP. Filho de operários, desde cedo conheceu os ideais comunistas.

Participou na greve dos corticeiros em Julho e Agosto de 1943. É preso pela PIDE à saída da Embaixada Inglesa onde se fora oferecer, com outros jovens, para combater o fascismo ao lado dos aliados. No Aljube, conhece Militão Ribeiro, aderindo ao Partido. Membro do Comité Regional no Alentejo Litoral de 1945 até 1947, data em que passou à clandestinidade. Entretanto, em 1946, pertenceu ao Comité Nacional da cortiça, então formado em seguimento às lutas dos corticeiros.

É chamado ao Comité Central em 1954, lutando na clandestinidade até ao 25 de Abril de 1974.



Domingos Abrantes

Desenhador, de 40 anos. Membro do Comité Central do PCP desde 1964, ingressou no Partido há 22 anos. Militou no MUD JUVENIL. Esteve preso em 1959 e 1965, tendo participado na fuga de Caxias em 1961. No total passou 11 anos nas cadeias fascistas.



José Maia

Serralheiro mecânico, de 29 anos. Faz parte da Comissão de Trabalhadores da Lisnave desde Maio de 1974 até Agosto de 1975.

Membro da Comissão Concelhia de Almada do PCP, é actualmente deputado à Assembleia Constituinte.



Manuel Gomes

Técnico ferroviário, de 52 anos. Participou na campanha eleitoral da Oposição Democrática. É secretário da Comissão Administrativa da Freguesia de Palhais.



António Juzarte

Soldador na Setenave, de 30 anos. Participou antes do 25 de Abril em diversas lutas operárias nomeadamente na Social Inga e CUF. É membro da Comissão Concelhia de Setúbal do PCP.



VÍTOR LOURO FOI REINTEGRADO OS CALUNIADORES DEVEM SER PUNIDOS

Desmascarada uma campanha caluniosa que visava, através das falsas acusações contra um comunista, pôr em causa a Reforma Agrária

De acordo com as leis vigentes, o PCP, através de uma nota da Secção de Informação e Propaganda (SIP) espera que sejam exigidas responsabilidades aos caluniadores" do camarada Vítor Louro, agora oficialmente ilibado e reintegrado no cargo de secretário de Estado da

Estruturação Agrária. Essas responsabilidades deverão ser exigidas, designadamente aos directores dos jornais *O Dia*, *A Luta* e *A Capital* e ao director do Centro Regional da Reforma Agrária do distrito de Évora.

A reintegração do Eng. Vítor Louro nas suas funções

governamentais foi ordenada por despacho do primeiro-ministro. Na sequência de um inquérito a que procedeu a Procuradoria-Geral da República, o secretário de Estado da Estruturação Agrária é completamente ilibado das acusações, que lhe foram dirigidas por certos órgãos de comunicação

social, de haver proferido incitamentos à violência, no decorrer de uma reunião com técnicos do Centro da Reforma Agrária e trabalhadores rurais de Évora.

Nos termos do relatório da Procuradoria-Geral da República, referido no citado despacho do primeiro-ministro, «as palavras proferidas pelo Senhor Secretário de Estado são fundamentalmente diferentes das que lhe foram atribuídas nos órgãos de comunicação social, não se podendo concluir que as frases atribuídas em alguma imprensa àquele membro do Governo tenham sido proferidas, mormente com a redacção e o significado que lhes foi emprestado».

As conclusões do inquérito desmascaram, assim, as calúnias lançadas contra o camarada Vítor Louro e, nomeadamente, a campanha caluniosa de jornais «que arvoram a mentira e a intriga anticomunista em processo de luta política e de trabalho jornalístico», neste caso com vista a afastar «um militante comunista de um posto de luta onde a Reforma Agrária e os interesses dos pequenos e médios agricultores podem ser defendidos».

Durante a suspensão do Eng. Vítor Louro — referir ainda a nota da SIP — foram tomadas numerosas medidas que contrariam a plataforma aprovada pelos partidos com representação no Governo e se dirigiram contra a Reforma Agrária. Resolvi-se a devolução aos agrários de gado, de máquinas e mesmo de herdades; resolveram-se desocupações por supostos erros de pontuação; não se assegurou às unidades colectivas de produção o direito preferencial ao arrendamento. Paralelamente, foram saneados em massa técnicos dos Centros da Reforma Agrária, foi suspenso o crédito agrícola de emergência a algumas cooperativas, foram travados todos os Decretos-Leis propostos pelo secretário de Estado com vista à atribuição de pensões aos senhores pobres e à aplicação da Lei do Arrendamento Rural.

«O povo português — prossegue a nota da SIP — pode por este caso concluir como, por detrás das calúnias lançadas com o fim de tentar desacreditar os objectivos do PCP, se esconde a intenção de dificultar e atacar todas as conquistas e realizações dos trabalhadores».

«Agora que, pela primeira vez, se procedeu a um inquérito imparcial a acusações lançadas contra um militante comunista — o que aliás o PCP já havia proposto em situações semelhantes, nomeadamente quando dos acontecimentos de Benavite — as calúnias anticomunistas revelam a sua falta de fundamentos. Perante este exemplo concludente, é legítimo que o povo português passe, com mais razão, a encarar com desconfiança aqueles que com intrigas e calúnias o procuram desviar do caminho da liberdade e da democracia», acrescenta a nota da SIP do PCP.

A QUEM SERVIU A SUSPENSÃO
O secretário de Estado da Estruturação Agrária esteve suspenso de 16 de Março a 20 de Abril. Nesse período foi aprovado e publicado o Decreto-Lei n.º 236, de 5/4/76, que toma extensiva às unidades colectivas de produção a obrigatoriedade de cedência de terras aos seareiros. Essa obrigatoriedade estava prevista, na Lei do Arrendamento Rural, apenas para os proprietários. A sua aplicação às unidades colectivas, além de contrariar a Lei do Arrendamento, põe em causa o equilíbrio económico e social das cooperativas. Com efeito, essas terras, muitas delas de regadio, são imprescindíveis para que os membros das cooperativas possam manter os seus postos de trabalho todo o ano.

«Recorde-se que, no Couço, os trabalhadores chegaram a acordo com os seareiros interessados acerca das áreas a atribuir-lhes. O acordo foi sancionado pelo representante do MAP. Mas, no dia seguinte, o subssecretário, Eng. Guerra, desrespeitou ostensivamente esse acordo, logo apoiado pela GNR, chamada a intervir contra os trabalhadores».

Entretanto, nada se fazia para obrigar os agrários a cumprir a lei, apesar de haver centenas de seareiros sem terra.

Além do afastamento compulsivo (transferência) de cerca de quatro dezenas de técnicos, que trabalhavam arduamente em prol da Reforma Agrária, dos trabalhadores e dos pequenos e médios agricultores, houve tentativas de desintegração e desmantelamento de cooperativas, quer através do fomento da desunião dos trabalhadores, quer através de despachos no sentido de devolver herdades aos seus proprietários anteriores.

Essas propriedades estavam ocupadas há mais de seis meses com os trabalhos agrícolas a decorrer sob a responsabilidade dos trabalhadores.

Entretanto, no período da suspensão do camarada Vítor Louro, não era reconhecida nem mais uma unidade colectiva de produção, era suspenso o crédito agrícola de emergência a algumas cooperativas e emitiam-se despachos, ou levavam-se a cabo acções de devolução de gado aos proprietários expropriados. Não foi expropriado, entretanto, nem mais um hectare de terra dos 250 mil que aguardam a assinatura do ministro da Agricultura e Pescas.

Por estas e outras razões, a suspensão do secretário de Estado da Estruturação Agrária serviu apenas os inimigos da revolução.



Milhares de democratas comemoraram em Lisboa a vitória do Povo e do MFA em 25 de Abril de 1974

JORNADAS POPULARES ASSINALARAM A VITÓRIA DE 25 DE ABRIL DE 1974

Entusiásticas manifestações populares assinalaram a passagem do segundo aniversário do 25 de Abril, alvorada da liberdade e da democracia. Poucas horas antes de comparecerem nas assembleias de voto, milhares de antifascistas concentraram-se em Campolide, Alfama, Carnaxide e em outros locais, para comemorarem a grande vitória do Povo Português

Após dois anos de intenso combate contra a reacção e o imperialismo, o povo português acorreu à rua para festejar com alegria e confiança revolucionária o segundo aniversário do triunfo do Movimento das Forças Armadas e do Povo Português.

A imagem do que aconteceu por todo o país, Lisboa assistiu a várias demonstrações de regozijo e entusiasmo. Tal como em 25 de Abril de 1974, não faltaram os cravos vermelhos, os ruidosos concertos das buzinas dos camións, os sorrisos de confiança no futuro do nosso país e do nosso povo.

Promovida pela Junta de Freguesia de Campolide e pelas comissões de moradores, realizou-se frente ao Atlético Clube de Campolide uma grandiosa festa popular. Anunciada para a meia-noite, veio a registar desde o fim da tarde a presença de muitas centenas de trabalhadores da localidade e de muitos outros que se iam apercebendo da realização da jornada.

Aproximava-se o 25 de Abril de 1976. Milhares de punhos cerrados com firmeza acompanhavam o imenso coro onde sobressaía a voz de José Afonso, que entoava em uníssono "Grândola, Vila Morena", a canção da resistência e da liberdade.

Perante a vibração dos milhares de pessoas que afluíram a Campolide, Luis Filipe Costa — outro homem ligado à madrugada da Revolução — leu (à semelhança do que fez durante as primeiras horas do 25 de Abril) os três primeiros comunicados do MFA.

UNIDADE!

Entretanto, os elementos que organizaram a jornada tinham instalado na varanda central do Clube Atlético de Campolide uma máquina de projectar, a qual reproduziu, na parede do edifício situado no outro lado da rua, as primeiras imagens do Portugal livre e democrático. Uma reportagem sobre o 25 de Abril de 1974 e o filme "O Povo Unido Jamais será Vencido", recordaram etapas históricas da arrancada para a democracia.

«Flagrantes da adesão imediata do povo às Forças Armadas, a grandiosa manifestação do 1.º de Maio foram, entre outros, momentos inesquecíveis que comoveram os milhares de presentes. Sucederam-se palavras de ordem, trocaram-se abraços, deram-se vivas ao MFA e à liberdade».

«Os verdadeiros artistas do teatro são artistas do povo» — afirmava o jornalista da RTP, Fernando Midões, quando apresentou o grupo de acção teatral "A Barraca", que interpretou algumas canções referentes à peça que actualmente exhibe "A Cidade Dourada, ou nem tudo o que luz é ouro". Samuel, elemento do referido agrupamento, cantou várias melodias populares, entoadas também pela multidão.

Numa breve intervenção, Luis Filipe Costa apontou a presença de Rui Pedro e João Paulo Guerra, conhecidos militantes antifascistas que foram domitidos das suas funções durante os processos de

BARCO SORTEADO EM QUEIJAS

A fim de recolherem fundos os nossos camaradas de Queijas (Carnaxide) sortearam um barco, pintado de vermelho e chamado «Avante!», que foi oferecido por um comunista da localidade.

O resultado do concurso, que se efectuou agora, deu à rifa número 2685 o prémio, pelo que os camaradas de Queijas o informam a todos os que compraram rifas através do nosso jornal.

saneamento à esquerda, levados a cabo nos órgãos de comunicação social pelas forças reaccionárias após o 25 de Novembro.

«Antes de se iniciar a sessão de canto livre programada, a qual contou com a presença de um duo composto por moradores da zona (António e Raquel) e de outros amadores, Fernando Midões leu uma mensagem ao povo português, proveniente da Unidade Popular Chilena, que salientava a dado passo:

"O 25 de Abril de 1974 trouxe para Portugal a liberdade e a democracia. A sua consolidação será um triunfo não só para o povo de Portugal, mas também para o povo do Chile, agora martirizado pela ditadura fascista". Os trabalhadores presentes ergueram

os punhos e gritaram: "O Chile Vencerá", "Morte ao fascismo".

Um dos momentos mais intensamente vividos, registou-se quando dois homens do MFA e da Revolução, que ocuparam durante o 25 de Abril o RCP, apareceram na varanda do Atlético Clube de Campolide, para saudarem a multidão, que gritava: "MFA! MFA!"

EM ALFAMA

O Centro de Trabalho do Partido Comunista Português de Alfama realizou também uma grandiosa festa popular, para comemorar o segundo aniversário do 25 de Abril. A iniciativa, que coube a um

grupo de jovens da UJC, saiu-se numa significativa jornada unitária de apoio à Revolução e ao processo democrático em curso. Pelas 21 e 30, já centenas e centenas de pessoas se apinhavam no interior do nosso Centro de Trabalho para assistirem a uma sessão de variedades, onde participaram José Viana, Dora Leal, Mário Castrom, José Jorge Letria, José Manuel Osório e outros.

Nos momentos que antecederam a meia-noite — altura em que os presentes vieram para a rua cantar "Grândola, Vila Morena" — foram projectados alguns filmes. Seguiu-se um animado baile com o conjunto musical formado por jovens do bairro.

A IMPRENSA «PLURALISTA» NA CAMPANHA ELEITORAL

A campanha eleitoral esteve bem servida de «informação pluralista». Deixemos de lado os casos patológicos, as loucuras nazis, os pasquins nauseabundos como «A Rua», «O Sol» etc. Peguemos apenas nos jornais que foram de grande circulação e que hoje circulam muito menos por obra e graça do «pluralismo».

O «Diário de Notícias» termina a campanha eleitoral em situação atribulada. A sua direcção, intimamente ligada ao PS, lança comunicados emperreados onde não consegue esconder a manipulação clara que faz das colunas daquele jornal. O mais curioso da posição dos responsáveis pela direcção de um jornal pago com o dinheiro de todo o povo é o escamoteamento que pretendem fazer da sua manipulação partidária apregoando ser fruto de «manipulação partidária» a contestação e denúncia que nasce espontaneamente dos seus próprios actos!

A direcção do «Diário de Notícias» recorre à censura interna; tal facto é denunciado

pelos jornalistas que ali trabalham: a direcção apregoa que continuará a ser direcção (forma eufemística de dizer que continuará a fazer censura...) e clama que há «manipulação partidária»!

A direcção do «Diário de Notícias» recorre a todas as manobras para apagar nas suas colunas o noticiário acerca da campanha do PCP; o nosso Partido protesta publicamente contra as «habilidades» das páginas do «DN»: a direcção apregoa que está a ser vítima de uma campanha!

«A Capital», onde circulam também abundantemente os dinheiros do Estado, lança editoriais do seu director que são exemplos do mais puro «pluralismo»...

«O Século», entregue pelo Estado ao PPD, atinge as raias do inconcebível. Inaugurada a sua nova fase com elogios aos caceteiros do PPD em Monchique, lançou neste final de campanha, na linha lógica de toda a sua actuação anterior, um suplemento que oscila entre a imbecilidade e o dislate.

Análises astrológicas de conselheiros da Revolução ombriam brilhantemente com um inquérito cujas perguntas correspondem integralmente à personalidade da directora da iniciativa. O tom provocatório e reaccionário só é de facto igualado pela idiotia do conteúdo.

Durante a campanha eleitoral, quando a identificação informativa deveria ser de todo o rigor para jornais nacionalizados, não só esses jornais deixam fora qualquer referência ao sentido comum enfileirado no anticomunismo mais primário, deturpando os factos, faltando à verdade.

Quem ainda tivesse ilusões sobre o pluralismo democrático de jornais nacionalizados com direcções partidárias teve agora ocasião de perê-las. A campanha eleitoral veio pôr a nu ainda com mais evidência o aproveitamento não só partidário, mas sectário, dum Imprensa que se diz ao serviço do Povo português, que relamente a paga, mas dela não beneficia.

A CRESCENTE FEIÇÃO REACCIÓNÁRIA DE ÓRGÃOS DE INFORMAÇÃO ESTATIZADOS

1. O PCP tem, repetidas vezes, alertado para o escândalo e a imoralidade que resulta do facto de o povo português continuar a pagar jornais estatizados que todos os dias se mostram acorrentados a descaradas manobras partidárias, dominados pela intolerância e sectarismo e obsecados pelo mais grosseiro anticomunismo.

2. A publicação por «O Século», jornal dominado pelo PPD, de um suplemento intitulado «Século Hoje» dirigido por uma activa animadora da campanha contra o Eng. Vítor Louro, agora reintegrado, é mais um passo para o agravamento desse escândalo. Uma equipa PPD/MRPP al-se encarrega de cumprir a tarefa distribuída pela reacção e o imperialismo: ressuscitar no Portugal democrático a Imprensa fascista.

3. Nos vários números já publicados do referido suplemento são constantes os boatos, insinuações, intrigas e calúnias visando desprestigiar e contestar militares do 25 de Abril, incluindo o Presidente da República, são permanentes as injúrias contra os países socialistas e a sua cooperação com Portugal, são permanentes a reabilitação de conhecidos conspiradores e reaccionários, são feroces os ataques às grandes conquistas da Revolução portuguesa, ao PCP e a outras forças de esquerda.

«Século Hoje», pago com o dinheiro do povo português, participa assim activa e impunemente nas manobras reaccionárias para desestabilizar a situação política e fomentar a insegurança e a intranquilidade.

O «Século Hoje» é um exemplo acabado de um jornalismo onde a dignidade profissional, a seriedade política e o respeito pelos leitores se afundaram submergidos pela histeria anticomunista, pelo ódio às grandes conquistas do 25 de Abril e às grandes realizações dos trabalhadores portugueses.

4. O PCP volta a chamar a atenção da opinião pública e dos próprios órgãos do Poder para o agravamento da manipulação partidária dos jornais estatizados e para o completo envolvimento de alguns deles em manobras contra a situação democrática.

5. O anticomunismo, o intriguismo torpe e doentio, o recurso às técnicas de manipulação do tempo da guerra fria, os processos de calúnia típicos da Imprensa que servia às ordens da PIDE e do fascismo, nada têm que ver com pluralismo e são, pelo contrário, a completa negação da objectividade, equilíbrio e fidelidade à Revolução que os portugueses desejariam poder assinalar na Imprensa estatizada agora partilhada partidariamente.

Lisboa, 22 de Abril de 1976

A SECÇÃO DE INFORMAÇÃO E PROPAGANDA
DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

A VENDA DE VINHO À URSS E AS MANOBRAS DA DIREITA

O Ministério do Comércio Interno, da gerência Magalhães Mota, do PPD, decidiu, a dois dias do acto eleitoral, ressuscitar, através de uma nota oficiosa, a especulação reaccionária sobre a venda de vinho português à União Soviética.

Trata-se de mais um caso, a juntar a muitos outros, de aproveitamento do exercício de funções governativas para manobras partidárias, agora com descarados objectivos eleitorais.

II

Declarando a referida nota oficiosa que os portugueses têm o direito de conhecer a "realidade de algumas operações que têm sido objecto da mais viva discussão", o PCP chama a atenção para que o MCI tinha a estrita obrigação de, a bem da verdade, esclarecer o seguinte:

1. Que a URSS, no primeiro contrato, comprou o vinho branco a 3\$60 o litro e o tinto a 4\$10, quando na mesma altura a Espanha lhe ofereceu o vinho branco a 2\$80 e o tinto a 3\$20. Isto quer dizer que a URSS poderia ter comprado o vinho a Espanha muito mais barato e preferiu comprá-lo a Portugal com o objectivo de ajudar a nossa Revolução e os pequenos e médios agricultores portugueses.

2. Que a URSS, no contrato em curso, comprará o vinho a 3\$30 quando a França (que tem cerca de 41 milhões de hectolitros em armazém que não consegue vender) na mesma altura lhe queria vender a 3\$00 o litro e a Espanha a 2\$64.

3. Que os números apresentados na nota oficiosa, como prejuízos das operações de venda de vinho à URSS correspondem ao suporte pelo Estado da diferença entre os preços pagos aos produtores portugueses e o preço a que o vinho foi vendido, o que é normal em todos os países capitalistas. Tal encargo, resulta de os custos de produção, agravados numa agricultura atrasada como a de Portugal, serem normalmente superiores aos preços do vinho no mercado internacional e daí a necessidade de o Estado pagar a diferença para poder assegurar a exportação.

4. Que é falsa qualquer tentativa de comparação o preço de venda interna do vinho com o preço de venda internacional, pois o mercado nacional não é capaz de absorver toda a produção e, neste sentido, o escoamento do vinho para a exportação é, efectivamente, uma questão de vida ou de morte para os pequenos e médios produtores, pela qual o Estado tem o rigoroso dever de velar.

5. Se a URSS não tivesse comprado o vinho a Portugal, se tais operações não se tivessem realizado, não se teriam exportado mais de um milhão de hectolitros de vinho, então sim, com graves prejuízos para os interesses nacionais e para os interesses dos pequenos e médios produtores que não encontrariam colocação para a sua produção, tanto mais que não consta que, alguma vez, os países capitalistas ocidentais se tenham disposto a comprar o vinho português a preços superiores aos do mercado internacional e, menos ainda, a preços superiores aos pagos pela URSS.

III

Não será com esta nota oficiosa que mistifica, mais uma vez, o problema da venda do vinho à URSS que o Ministério do Comércio Interno conseguirá que os trabalhadores, os pequenos e médios agricultores, o povo português esqueça a política antipopular de aumento de preços, de feitas de abastecimento, do favorecimento dos intermediários parasitas e do brutal agravamento do custo de vida, da responsabilidade do Ministro Magalhães Mota, do PPD.

Lisboa, 22 de Abril de 1976

A SECÇÃO DE INFORMAÇÃO E PROPAGANDA
DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

Problemas Políticos do Movimento Comunista e Operário Internacional

MCO 2

SOCIALISTAS E COMUNISTAS

É POSSÍVEL A COOPERAÇÃO?

Código: 62.02 Preço: 40\$00

aberto todos os dias

O PAVILHÃO DO

EXIBIR

na Feira Popular

O ACTO DE TERRORISMO CONTRA A EMBAIXADA DE CUBA

Até quando continuarão impunes os atentados terroristas é uma pergunta que começa a fazer o povo português, que vê com receio a escalada da reacção, a qual culminou no recente atentado à embaixada de Cuba, em que morreram dois cidadãos daquele país socialista

Dois mortos, cinco feridos e um monte de escombros e de ferros retorcidos é o balanço do criminoso atentado de que foi alvo a Embaixada de Cuba em Lisboa, na passada quinta-feira.

Na rua, os estilhaços dos vidros e dos tijolos, que se estendiam por algumas dezenas de metros, atestavam a violência da explosão ocorrida.

Cobarde e criminoso, o atentado manifestou, mais uma vez, a prática da direita reacção e quais os objectivos que pretende: destruir e matar.

Não se pense que o atentado bombista foi um acto isolado, praticado por um indivíduo treloucado. Ele insere-se em toda a actividade da reacção que continua a praticar impunemente, intimidando e destruindo, no intuito de criar as condições para voltar a dominar o poder.

A bomba que destruiu a Embaixada de Cuba em Lisboa e que matou dois cidadãos daquele país, três dias antes das eleições,

reacção, para salvarem a face "democrática" com que costumam aparecer frente ao eleitorado, se sentiram na obrigação de condenar o atentado.

Mas não basta o repúdio. O importante, para a consolidação da democracia, é criar as condições para que actos desta natureza não se voltem a repetir. O importante seria castigar logo de início todos os atentados que se fizeram contra a democracia e cuja impunidade deu à reacção a força de que ela não goza na realidade, como se viu nos resultados eleitorais.

DESTRUIÇÃO E MORTE

Cerca das 16 e 45 de quinta-feira passada, uma forte explosão seguiu-se de uma chuva de estilhaços de vidros, pôs em pânico todas as pessoas que, naquela altura, passavam na

representação diplomática de Cuba.

Enquanto os feridos eram evacuados para o hospital, onde viriam a falecer os camaradas cubanos Adriana Corcho e Efran Monteagudo, em virtude dos ferimentos sofridos, a multidão começava a concentrar-se na rua e condenava o atentado terrorista.

No interior do edifício reinava a destruição. A violência da explosão não poupou mesmo os outros andares, onde se viam portas arrancadas dos caixilhos e outros sinais da onda devastadora que abalou todo o edifício.

Destruir e matar, as únicas acções de que a direita reacção é capaz e sabe fazer, estavam-lhe bem patentes.

A EXPLOSÃO

O porteiro do edifício, António Teófilo Parada, ainda combalido pela explosão, contaria depois

frente ao prédio tirava fotografias, particularmente aos andares onde fica a Embaixada.

Naquela tarde, um indivíduo entrou no edifício com uma mala, a pretexto de ir tratar de um assunto de madeiras na Embaixada — o que mais tarde se verificou ser falso — segundo informou o porteiro, quando este indagou o motivo que o levava ali. Isto passou-se cerca das 15 horas e pouco depois o indivíduo retirou-se, voltando cerca das 16 horas sem que desta vez o senhor António Teófilo Parada o tivesse visto sair, podendo ter utilizado uma das outras saídas possíveis para o fazer sem ser notado pelo porteiro.

O cheiro a pólvora que se começou a fazer sentir levou o porteiro a deslocar-se, pela escada, até ao sexto andar onde junto à porta da embaixada avistaria a mala que continha os explosivos e de qual saía fumo. Apressadamente avisaria uma funcionária da embaixada que se

bomba não foi manuseada por um amador. Não tinha a intenção de intimidar mas sim destruir e matar. O terrorista que a colocou continha bem o seu ofício de assassino.

Posta no patamar da entrada e próximo da caixa do elevador, a bomba causou estragos praticamente em todos os andares do edifício. Mas, realmente, a destruição era completa no sexto andar. As portas arrancadas, as placas de cimento do tecto caídas, as paredes arrasadas — este o panorama.

No meio de toda a devastação, o retrato de Guevara continuava incólume, como se nada se tivesse passado, numa das paredes

semi-destruídas. Aliás, o embaixador de Cuba no nosso país, o camarada Francisco Astray Rodríguez, declararia pouco depois do cobarde atentado aos jornalistas: "Não foi alterado o espírito revolucionário da nossa equipa. Continuaremos a representar a revolução cubana em Portugal".

Entretanto, a indignação de enorme magnitude que se concentrava junto ao edifício traduzia-se numa manifestação espontânea de gritos de "Morte à CIA!", "Morte ao ELP!" e "Abaixo a Reacção!".

Os corpos dos camaradas cubanos que perderam a vida em

Portugal seguiram já para a sua terra natal. Entretanto, vários partidos políticos e organizações de trabalhadores condenaram veementemente o criminoso atentado, nomeadamente a Intersindical Nacional, em telegrama enviado à Central dos Trabalhadores Cubanos. Também a Federação Nacional dos Sindicatos Metalúrgicos aprovou uma moção onde se condena o cobarde atentado e que afirma, nomeadamente, que as direcções dos Sindicatos Metalúrgicos reunidas na sua Federação e tendo tomado conhecimento do atentado terrorista e assassino de que foi

alvo a Embaixada da República Socialista de Cuba, decidem: "Manifestar ao povo de Cuba o seu mais profundo pesar pelo assassinato dos dois cidadãos cubanos mortos em Portugal, em 22 de Abril de 1976;

"Declarar que este assassinato, obra da direita portuguesa, é repudiado pelos trabalhadores e por todos os democratas;

"Afirmar que, ao recorrer aos métodos violentos, terroristas e assassinos, a direita portuguesa — que fala manso, apela à calma e à ordem na Televisão, na Rádio e nos jornais — mostra a sua verdadeira cara, a cara do fascismo, do crime e da morte."



Os estragos causados pelo atentado terrorista são bem visíveis

era mais um factor com que a direita reacção contava para desestabilizar a situação política no nosso País.

O repúdio por mais este acto criminoso e que visou um país amigo de Portugal surgiu espontaneamente e foi geral por parte das massas trabalhadoras. Até alguns partidos da direita

Avenida Fontes Pereira de Melo, defronte do edifício da Embaixada de Cuba.

O aspecto exterior do prédio, no qual se estilhaçaram grande parte das janelas e a caixilharia da porta da rua ficou abaulada, confirmavam a potência da criminoso explosão que ocorreu no sexto andar, onde funcionava a

alguns pormenores sobre o atentado.

Informou ele que eram frequentes as ameaças contra a Embaixada. Várias pessoas dirigiam-se-lhe mesmo para dizerem que qualquer dia punham ali uma bomba e ia tudo pelos ares. Ainda recentemente um veículo de matrícula francesa parou em

deslocou com ele até ao décimo andar para avisar a polícia. Mas não o chegou a fazer. A explosão abanava todo o prédio quando pretendia abrir a porta da sua residência.

UM RETRATO INTACTO

Colocada estrategicamente, a



Morte e destruição — as armas do fascismo

NOTA DA COMISSÃO POLÍTICA

1. O PCP expressa a sua profunda indignação e condena severamente o cobarde atentado terrorista contra a Embaixada de Cuba em Lisboa.

Manifestando a sua solidariedade ao povo cubano, ao Governo da República de Cuba e ao Partido Comunista de Cuba, o PCP apresenta também às famílias dos cidadãos cubanos vítimas desta acção criminoso, camaradas Efran Monteagudo e Adriana Corcho, as condolências dos comunistas portugueses.

O povo cubano, que tantas vidas deu já à causa da liberdade, que tanto tem apoiado, desde sempre, a democracia e os democratas portugueses, merece nesta hora a solidariedade activa de todos os portugueses que aspiram à paz e ao progresso social.

2. O PCP tem-se batido para que sejam tomadas medidas firmes contra a violência e o terrorismo fascistas, por forma a assegurar o exercício das liberdades e a tranquilidade pública.

O PCP aprova a intenção do Governo de proceder a um inquérito rigoroso e de aplicar com rigor a lei, esperando que seja finalmente posta em prática uma política de firme defesa da ordem democrática que aliás constitui um objectivo central do programa do VI Governo Provisório.

Como o PCP tem defendido, é urgente descobrir, prender e castigar os responsáveis por actos terroristas e desmantelar as organizações terroristas clandestinas (ELP, MDLP e suas ramificações). As condescendências e tolerâncias têm permitido à reacção montar essa rede terrorista que, com actos de violência, a agressividade da direita reacção contra todas as conquistas da revolução portuguesa.

A ordem democrática, a tranquilidade do povo português, reclamam medidas enérgicas contra os autores, assim como contra os instigadores, das acções de violência reacção.

3. O atentado terrorista contra a Embaixada de Cuba conjuga-se com outras acções da reacção que visam

desestabilizar a situação política e atacar as grandes conquistas da Revolução portuguesa, entre outras a descolonização e o estabelecimento de relações com os países socialistas.

As calúnias contra os países socialistas e contra os novos Estados africanos, o ridículo ambiente de histeria anticubana, os actos inimizosos para com a República Popular de Angola e o MPLA, a falsificação e deturpação das vantagens de uma política de amizade e cooperação com os países socialistas, são campanhas em que se empenham partidos e órgãos de imprensa reacção, apostados numa ofensiva contra as liberdades e a democracia. A calúnia, a provocação, o incitamento à violência, são utilizados por partidos reacção com total impunidade, a pretexto da propaganda eleitoral, pelos órgãos de imprensa fascista que se multiplicam e mesmo por jornais estatizados cuja convicção ideológica com as acções de violência terrorista é flagrante.

4. Verificou-se este criminoso atentado a três dias do acto eleitoral, o que comprova que a reacção teme as eleições e procura impedir a sua realização em condições de liberdade, alargando a situação de intranquilidade e de intimidação para além das regiões onde o exercício das liberdades está já gravemente condicionado.

O povo português pode, porém, derrotar a reacção. O PCP confia na firmeza, na vigilância e na serenidade da classe operária e de todos os trabalhadores para o combate à direita reacção e para derrotar, também nas eleições, os partidos da desordem fascista, da violência e do terrorismo.

23 de Abril de 1976.

A COMISSÃO POLÍTICA DO COMITÉ CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

VIL ATENTADO BOMBISTA CONTRA A CASA DE ANGOLA

Mãos reacção, certamente comandadas pelas mesmas cabeças que ordenaram o vil atentado contra a embaixada da

República Socialista de Cuba, cometeram, nesse dia, mais um criminoso atentado que bem demonstra o seu ódio às

liberdades, à democracia e, neste caso particular, à descolonização e à amizade com todos os povos do mundo. Com efeito, no passado dia 22, uma bomba destruiu as instalações da Casa de Angola no Porto.

A intenção das forças reacção é clara: liquidar as liberdades e a democracia por meios violentos, uma vez que são cada vez mais remotas as suas hipóteses de, eleitoralmente, o fazerem, confirme ficou amplamente demonstrado nas eleições do passado domingo.

Na sequência do atentado contra a delegação do Porto da Casa de Angola, o Governo da República Popular de Angola mandou encerrar a sede de Lisboa daquela instituição, enquanto que, e comunicado entretanto difundido, o "bureau" político do Movimento Popular de Libertação

de Angola (MPLA) alerta as autoridades portuguesas para o facto de se encontrarem em Portugal destacados inimigos do povo angolano, conspirando abertamente contra a soberania da RPA, facto esse que pode vir a prejudicar as relações entre Portugal e a República Popular de Angola.

No referido comunicado dos camaradas angolanos e depois de se fazer referência ao comportamento da imprensa portuguesa relativamente ao povo de Angola e à RPA, salienta-se:

"Deflagraram bombas numa delegação da Casa de Angola no Porto e na embaixada de Cuba em Lisboa, e a ligação entre estes dois atentados criminosos compreende-se pelo facto de ser Cuba um dos países que mais tem ajudado o povo angolano na luta anti-imperialista".

"Após a independência de Cabo Verde, não só terminou a emigração de cabo-verdianos, como tem diminuído gradualmente a presença de residentes daquele país em Portugal" — afirmou o camarada Corsino Fortes, embaixador de Cabo Verde em Lisboa, durante uma conferência de imprensa levada a efeito no fim da manhã do passado dia 23, na Associação de Cabo-Verdianos e Guineenses.

Presentes nesta reunião com os órgãos da Informação, além do embaixador, o major Rui Revira, do Ministério da Cooperação, Luís Fonseca, da Associação de Cabo-Verdianos e ainda algumas dezenas de naturais da República da Guiné-Bissau e da República de Cabo Verde residentes em Lisboa, que escutaram a intervenção do dr. Corsino Fortes sobre o significado do conteúdo dos acordos assinados; a situação jurídico-política da comunidade cabo-verdeana em Portugal e da comunidade portuguesa em Cabo Verde; a situação dos funcionários aposentados perante o acordo; a problemática do "visto" e a comunicabilidade entre o nosso País e Cabo Verde.

REFORÇAR A COOPERAÇÃO

Após referir-se à tónica dominante

da conferência, esclareceu que a quarta fase das conversações, realizada em meados do corrente mês na Cidade da Praia, entre as duas delegações, "tinham como objectivo prioritário e fundamental a resolução em bases justas e dignas para os povos, portugueses e cabo-verdeanos, de todos os problemas relacionados com o contencioso colonial existente entre os dois Estados".

"A liquidação do passado colonial — observou mais adiante — e de todos os laços injustos que contra as nossas vontades nos uniam, constitui um passo decisivo e importante no futuro das relações entre os nossos dois países, que se há-de reflectir, a curto e a longo prazo, nas relações entre os dois povos, moldando-as nos princípios do respeito recíproco pela personalidade e identidade de cada povo".

Como consequência das deliberações tomadas na quarta e última fase de negociações, surge a celebração de acordos sobre a transferência do departamento do BNU e do Banco de Fomento Nacional, em Cabo Verde, e sobre a situação dos funcionários públicos que exerceram a actividade

durante o colonialismo, terminando com o contencioso colonial. Ao referir-se a esta questão, dizia ainda:

"Os problemas do BNU e do Banco de Fomento foram solucionados através de aproximações recíprocas entre Portugal e Cabo Verde, encontrando-se assim um desfecho dentro da reciprocidade de interesses entre os dois povos."

Numa análise ao problema dos funcionários públicos cabo-verdeanos que serviram o regime colonial, aquele diplomata dizia que se tinha chegado a uma solução, segundo a qual Cabo Verde se responsabiliza pelos funcionários (cabo-verdeanos e portugueses) que prestaram serviço nos quadros da ex-colónia e que ali vivem. No respeitante aos outros casos, ou seja os que serviram no quadro comum (nas outras colónias ou em Portugal) ou os cabo-verdeanos que assumiram funções no quadro privado de qualquer das outras ex-colónias, a responsabilidade caberá ao nosso País.

Quando se referia ao acordo assinado em 1974 entre o Governo Português e o PAIGC, que classificou de grande importância, o camarada Corsino Fortes sublinhou que "os portugueses em Cabo Verde continuam a dedicar-

MEDALHA DA PAZ PARA AGOSTINHO NETO

O camarada Agostinho Neto, presidente da República Popular de Angola e do MPLA, foi agraciado com a Medalha Joliot-Curie, a mais alta distinção do Conselho Mundial da Paz.

Tal facto evidencia o amplo apoio concedido ao povo angolano por todos os povos do mundo amantes da paz, da independência e do progresso dos povos.

se ao comércio, à indústria e à agricultura, como anteriormente, e têm os mesmos direitos e deveres dos cabo-verdeanos."

Segundo este acordo regulador do Estatuto de Pessoas e Bens, reconhece-se aos cidadãos dos dois Estados um regime especial, onde sobressai a consagração da igualdade ao livre exercício de actividades culturais, profissionais, económicas e sociais; a protecção das pessoas e bens e o respeito, na amplitude da legislação interna, do livre exercício dos direitos patrimoniais.

"O que nos interessa, para os povos de Portugal e de Cabo Verde, é assentar em bases de presente e de futuro, esquecendo as cicatrizes do passado e caminhando dentro de uma cooperação recíproca que tenha por base o respeito pela independência plena dos dois países e de uma cooperação entre os dois povos, porque existem de facto laços de amizade entre Portugal e Cabo Verde", referiu Corsino Fortes, que no final da conferência de imprensa respondeu a algumas perguntas colocadas pelos jornalistas e anunciou para breve uma reunião com os seus compatriotas, com o fim de lhes prestar todo o auxílio e esclarecimento.

RESULTADOS PROVISÓRIOS DO PCP

Os resultados provisórios alcançados pelo PCP evidenciam um avanço generalizado das posições do Partido, nomeadamente nas regiões de grande implantação da classe operária e nas terras da Reforma Agrária.

DISTRITO	1975			1976			DIFERENÇAS		
	NÚMERO DE VOTOS	%	DEPUTADOS	NÚMERO DE VOTOS	%	DEPUTADOS	NÚMERO DE VOTOS	% ⁽¹⁾	DEPUTADOS
AVEIRO	9 933	3,0	—	12 198	3,76	—	+ 2 265	+ 22,80	
BEJA	50 149	39,0	3	52 948	43,99	4	+ 2 793	+ 5,56	+ 1
BRAGA	12 479	3,7	—	13 744	4,07	—	+ 1 265	+10,13	
BRAGANÇA	2 704	2,7	—	2 561	2,68	—	- 143	-5,28	
CASTELO BRANCO	8 514	5,6	—	9 368	6,59	—	+ 854	+10,03	
COIMBRA	15 103	5,7	1	17 405	7,25	1	+ 2 302	+15,24	
ÉVORA	47 236	37,1	2	52 378	43,04	4	+ 5 142	+10,88	+ 2
FARO	25 202	12,3	1	27 667	14,48	1	+ 2 465	+9,78	
GUARDA	3 717	2,9	—	3 549	2,91	—	- 168	- 4,52	
LEIRIA	15 509	6,4	—	16 227	7,5	1	+ 718	+ 4,63	+1
LISBOA	239 337	19,0	11	263 073	21,84	14	+ 23 726	+9,91	+3
PORTALEGRE	17 852	17,5	1	21 135	22,01	1	+ 3 283	+18,39	
PORTO	55 663	6,7	2	69 264	8,37	3	+ 13 601	+24,43	+ 1
SANTARÉM	44 431	15,1	2	43 822	16,7	2	- 609	- 1,3	
SETÚBAL	142 431	37,8	7	159 079	44,34	9	+ 16 648	+11,68	+ 2
VIANA DO CASTELO	5 313	3,8	—	8 612	6,63	—	+ 3 299	+62,09	
VILA REAL	4 017	2,9	—	4 081	3,15	—	+ 64	+ 1,59	
WISEU	5 307	2,3	—	4 959	2,28	—	- 346	-6,52	
ANGRA DO HEROÍSMO ...	1 057	2,3	—	590	1,45	—	- 457	-43,23	
HORTA	533	2,3	—	328	1,54	—	- 205	-38,46	
PONTA DELGADA	1 119	1,5	—	952	1,45	—	- 167	-14,92	
FUNCHAL	2 053	1,6	—	1 680	1,46	—	- 373	-18,16	
CONTINENTE	704 897	13,1	30	782 070	15,17	40	+ 76 779	+ 10,7	+10
CONT. E ILHAS	709 659	12,5	30	785 620	14,56	40	+ 77 991	+10,94	+ 10

(1) Os números desta coluna, incluídos no quadro que publicámos no número do "Avante!" de 26 de Abril, referiam-se às diferenças entre a percentagem dos votos do PCP relativamente ao número total de votos expressos em 1975 e 1976; os números inseridos hoje referem-se à percentagem de aumento de votos do PCP em 1975 e 1976.

